



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA  
**ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA**

**MECANISMOS DE APOIO AO INVESTIMENTO EM  
EXPLORAÇÕES DE AGRICULTURA BIOLÓGICA: UM  
CASO DE ESTUDO**



**Alexandra Melro de Campos Moreira**

Relatório de Estágio Profissionalizante para obtenção do Grau de  
**Mestre em Agricultura Biológica**

Orientador: Professora Doutora Maria Isabel Ribeiro Dinis

**VERSÃO PROVISÓRIA**

Coimbra, 2012

*A Agricultura Biológica como modo de produção sustentável que é, não deve ser produtora de alimentos “status”, mas sim de alimentos que possam chegar a todos de forma justa e digna. Para que tal seja exequível, tem de se atuar na sensibilização agrícola, ambiental, alimentar e social. Não se trata somente de igualdade de direito mas sim de se evitar catástrofes ambientais, alimentares, económicas e sociais a nível nacional e mundial. A fronteira da possibilidade da ação está no ímpeto da consciência de cada um de nós.*

*Alexandra Melro de Campos Moreira*

*Coimbra, 8 de Abril de 2012*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Doutora Maria Isabel Ribeiro Dinis pelo excelente apoio e orientação durante toda a execução deste trabalho.

A todos os docentes, funcionários e colegas da ESAC que me acompanharam ao longo de todo o meu percurso académico e que permitiram todo o meu desenvolvimento de aprendizagem.

Aos meus recentes amigos agricultores por toda a partilha e interajuda neste projeto.

Aos meus amigos por toda a força e companheirismo que me têm dado.

Aos arquitetos Luísa Bebianco e Pedro Canotilho pela dedicação a este projeto.

À *designer* Joana Monteiro pela criatividade e empenho.

Ao Ricardo pela amizade e ajuda na formatação final do trabalho.

Por fim, agradeço à minha família, em especial à minha mãe e irmã, a quem dedico este trabalho, por todo o incentivo, ajuda e inspiração que sempre me deram.

## **RESUMO**

Com o crescente aumento das preocupações ambientais, tanto a nível do cidadão mais atento, como por parte da Política Agrícola Comum (PAC), torna-se importante apostar numa fileira do sector agrícola de qualidade e com boas práticas agrícolas. Deste modo, tem-se como objectivo neste trabalho, descrever todo o processo de elaboração de um projeto agrícola de Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares (PAMC) em modo de produção biológica, o estudo de caso.

Com o intuito de se enquadrar o estudo de caso inicia-se por se descrever a origem e evolução da legislação da PAC no que se refere aos apoios ao investimento dos Jovens Agricultores (JA) bem como aos apoios à produção em Agricultura Biológica (AB).

Por fim, focalizam-se as principais dificuldades sentidas ao longo da elaboração do projeto, bem como na fase de implementação.

### **Palavras-chave:**

Política Agrícola Comum (PAC), Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares (PAMC), Jovens Agricultores (JA), projeto agrícola, , estudo de caso, Agricultura Biológica (AB)

## **ABSTRACT**

With the increase of environmental concerns, ranging from the more mindful citizen to Common Agriculture Policy (CAP), it becomes important to invest in a branch of the agriculture sector with quality and good practices. Thus, the purpose of this paper is to describe the whole process of developing an agricultural project of Aromatic, Medicinal and Spice Plants (AMSP) employing Organic Farming (OF) mode, the present case study.

In order to fit the case study, this work begins by describing the CAP legislation origin and evolution in what concerns capital grants of Young Farmers (YF) as well as the support to production in OF.

Finally, this paper focuses the main difficulties encountered during the project's planning implementation phases.

### **Key-words:**

Common Agriculture Policy (CAP), agricultural project, Aromatic, Medicinal and Spice Plants (AMSP), case study, Young Farmers (YF), Organic Farming (OF)

<b>ÍNDICE</b>	<b>Págs.</b>
RESUMO.....	I
ABSTRACT.....	II
ÍNDICE.....	1
LISTA DE FIGURAS.....	2
LISTA DE QUADROS.....	2
LISTA DE ABREVIATURAS.....	3
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	6
2.1 - Definição da PAC – Objetivos, Princípios e Evolução .....	6
2.1.1 - Origem da PAC .....	6
2.1.2 - Reforma de 1992 .....	7
2.1.3 - Reforma da “Agenda 2000” .....	8
2.1.4 - Reforma de 2003 .....	9
2.1.5 - “Exame de Saúde” 2007-2008.....	10
2.1.6 - Próxima Reforma.....	11
2.2 - Os Jovens Agricultores e a Agricultura Biológica no contexto das medidas de apoio em vigor em Portugal.....	12
2.2.1- Jovens Agricultores .....	12
2.2.2 - Agricultura Biológica .....	16
2.3 - A origem da AB e o seu contexto na PA.....	19
2.4 - As PAM em Portugal, na Europa e resto do Mundo .....	27
3. METODOLOGIAS.....	30
3.1 - Elaboração e análise de um projeto agrícola de investimento – estudo de caso.....	30
3.2 - Planos de exploração, investimento e financiamento.....	35
3.2.1 - Plano de exploração.....	35
3.2.2 - Plano de investimento.....	42
3.2.3 - Plano de financiamento .....	55
3.3 - Critérios de rentabilidade do projeto: VLA e TIR.....	55
3.4 - Formulário de candidatura ao PRODER .....	57
4. RESULTADOS.....	58
5. DISCUSSÃO/CONCLUSÃO.....	62

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXOS .....	67

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>Págs.</b>
Figura 1 - Esquema, em tamanho reduzido, da parcela “A” .....	36
Figura 2 - Legenda da figura 1 .....	37
Figura 3 - Levantamento topográfico, em tamanho reduzido, da parcela “B” .....	38
Figura 4 - Esquema “pé-de-galo” .....	39
Figura 5 - Esquema das zonas da estrutura de apoio .....	42

<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>Págs.</b>
Quadro 1 - Cronologia dos apoios aos JA, no âmbito .....	13
Quadro 2 - Estrutura do Reg. 2092/91 .....	21
Quadro 3 - Estrutura do Reg. (CE) n.º 834/2007 .....	24
Quadro 4 – Hierarquia da legislação de AB na UE .....	26
Quadro 5 - Fases do ciclo de vida de um projeto de investimento .....	30
Quadro 6 - Etapas de análise do projeto de investimento .....	31
Quadro 7 - Plantas plurianuais a produzir na sub-parcela de 2 hectares .....	40
Quadro 8 - Plantas anuais e plurianuais a produzir na sub-parcela de 1,4 hectares .....	41
Quadro 9 - Melhoramentos fundiários — Preparação do terreno.....	43
Quadro 10 - Melhoramentos fundiários — Plantações.....	43
Quadro 11 - Melhoramentos fundiários — Outros melhoramentos .....	44
Quadro 12 - Captações de águas subterrâneas.....	44
Quadro 13 - Estufas ou outras estruturas .....	45
Quadro 14 - Rega — Estufa.....	46
Quadro 15 - Rega — 2 hectares.....	47
Quadro 16 - Rega — Área de 1,4 hectares .....	48
Quadro 17 - Materiais diversos.....	49
Quadro 18 - Parque de máquinas.....	51
Quadro 19 - Informática.....	52
Quadro 20 - Monitorização de água.....	52

Quadro 21 - Certificação — imateriais .....	53
Quadro 22 - Software — imateriais .....	53
Quadro 23 - Aquisição de patentes e licenças .....	53
Quadro 24 - Estudos e trabalhos de consultadoria .....	54
Quadro 25— Plano de investimento (unidade em euro).....	54
Quadro 26 - Estrutura de Financiamento (unidade em euro).....	55
Quadro 27 - Cálculo do VLA e da TIR.....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS

A — Amortização
AB — Agricultura Biológica
ARH Centro — Administração da Região Hidrográfica de Centro
BCE — Banco Central Europeu
BI — Bilhete de Identidade
CA — Cavalagem
CC — Cartão do Cidadão
CCDRC — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CE — Conselho Europeu
CEE — Comunidade Económica Europeia
CN — Cabeças Normais
CNA — Confederação Nacional da Agricultura
FEADER — Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA — Fundo Europeu Agrícola de Garantia
FEOGA — Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
GATT — <i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> , em português, Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GPP — Gabinete de Planeamento e Políticas
IB — Identificação do Beneficiário
IE — Identificação da Exploração
IFAP — Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas
IMAIA— Instituto de Mercados Agrícolas e da Indústria Agroalimentar
INPI — Instituto Nacional da Propriedade Industrial
JA — Jovem Agricultor
L — Localização

MADRP — Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas  
MPB — Modo de Produção Biológico  
NIF — Número de Identificação Fiscal  
NIFAP — Número de Identificação do Beneficiário para o IFAP  
OMC — Organização Mundial do Comércio  
PAC — Política Agrícola Comum  
PAM — Plantas Aromáticas e Medicinais  
PAMC — Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares  
PB — Peso Bruto  
PRODER — Programa de Desenvolvimento Rural  
PU — Pedido Único  
QCA — Quadro Comunitário de Apoio  
RAN — Reserva Agrícola Nacional  
REL — Rendimento Empresarial Líquido  
REN — Reserva Ecológica Nacional  
RN — Reserva Nacional  
TIR — Taxa Interna de Rendibilidade  
UE — União Europeia  
VA — Valia Ambiental  
VGO — Valia Global da Operação  
VJA — Valia dos Jovens Agricultores  
VLA — Valor Líquido Atualizado  
VPE — Valia do Plano Empresarial



## 1. INTRODUÇÃO

A Política Agrícola Comum (PAC), na sua vertente de apoio ao investimento, sofreu uma evolução significativa desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), não só no que se refere aos mecanismos de apoio e aos níveis de incentivo mas também quanto ao tipo de investimento prioritariamente apoiado. A Agricultura Biológica (AB), em particular, foi ganhando progressiva relevância nos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio (QCA), beneficiando no atual Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) do estatuto de setor prioritário, o que acarreta claras vantagens de financiamento.

A complexidade dos trâmites processuais necessários à submissão de projetos, bem como o rigor da análise técnico-económica exigida foram também aumentando. Como consequência o processo de elaboração de projetos a submeter neste contexto exige o domínio de diversas valências, não só de natureza técnica mas, particularmente, da área económico-financeira.

Com este estágio, a realizar em contato direto com uma área agrícola, na qual se pretende vir a instalar uma exploração de AB, pretende-se analisar os mecanismos de apoio ao investimento na agricultura biológica e aplicar essa análise na elaboração de um projeto de investimento concreto, a ser submetido no âmbito do PRODER. Os objectivos específicos do estágio consistem em:

- Analisar numa perspectiva temporal os mecanismos de apoio ao investimento nas explorações agrícolas em Portugal desde a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), enquadrando nessa perspectiva evolutiva a relevância atribuída à AB;
- Propor um projeto de investimento, a implementar numa exploração biológica concreta;
- Refletir as dificuldades sentidas após a elaboração do projeto, na fase de implementação.

Assim, para além da Introdução e Conclusões, o trabalho final estará organizado como se segue. Numa primeira parte serão apresentados os principais conceitos e metodologias de elaboração e análise de projetos. Seguir-se-á a apresentação, numa perspectiva temporal, das medidas de apoio ao investimento nas explorações agrícolas desde a adesão de Portugal à CEE, dando especial relevância à forma como a AB foi sendo considerada ao longo desse processo. Finalmente será elaborado e analisado um projeto de investimento numa exploração de AB com o intuito de o submeter à aprovação dos organismos competentes.





## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 - Definição da PAC – Objetivos, Princípios e Evolução**

A evolução da agricultura portuguesa, desde a adesão de Portugal à União Europeia (UE), em 1986, está intimamente relacionada com a evolução da Política Agrícola Comum (PAC). No caso particular da modernização do tecido empresarial agrícola, a política sócio-estrutural, mais recentemente transformada em política de desenvolvimento rural, incentivou o investimento no sector e apoiou de forma particular a instalação de JA. Neste capítulo pretende-se analisar a evolução da PAC desde a sua origem até aos dias de hoje, por forma a enquadrar a temática do apoio aos JA e à AB no contexto global em que se insere.

#### **2.1.1 - Origem da PAC**

A PAC surge durante os anos 50, na Europa Ocidental, onde se vivia a consequência do pós-guerra e a agricultura estava muito debilitada, refletindo-se na insegurança alimentar. Foi em Março de 1957, que se formalizou e assinou o Tratado de Roma e se constituiu a CEE pelos seis países fundadores<sup>1</sup>. No Tratado foram delineados, no Art. 39.º, os objectivos gerais da PAC, nomeadamente (Comissão Europeia, 2012c):

- Aumentar a produtividade da agricultura;
- Assegurar um nível de vida justo aos agricultores;
- Estabilizar os mercados;
- Garantir a segurança dos abastecimentos;
- Garantir preços razoáveis aos consumidores.

A PAC foi um pilar básico no processo de construção da UE, desenvolvendo-se, logo em 1962, a denominada política de preços e de mercados. Deste modo, estabelece-se um primeiro pacote de medidas agrícolas, fundadas por seis Organizações Comuns de Mercado (OCM)<sup>2</sup>, baseado nos seguintes princípios:

- Livre troca de produtos;
- Nível comum de preços;
- Livre acesso do consumidor aos melhores produtos;

---

<sup>1</sup> Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

<sup>2</sup> Cereais, suínos, frutícolas, hortícolas, vinho, ovos e aves de capoeira.



- Preferência pelos produtos comunitários;
- Solidariedade financeira.

A fim de se desenvolver o princípio de solidariedade financeira incluído no Tratado acima referido, foi criado, também em 1962, o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola<sup>3</sup> (FEOGA) e foram adoptadas as suas regras de financiamento.

Ao longo do tempo, novos instrumentos foram sendo adicionados à PAC, definindo-se atualmente os seguintes pilares:

- **A Política de Mercados (OMC);**
- **A Política Sócio-Estrutural e Rural;**
- A Qualidade e Segurança Alimentar;
- A Harmonização da Legislação Nacional.

Desde a sua criação, nas décadas que se seguiram, a PAC sofreu várias alterações e consequentes reformas devido à progressiva entrada de novos países<sup>4</sup>, à pressão da opinião pública e às alterações do contexto económico, social e tecnológico.

### **2.1.2 - Reforma de 1992**

A primeira mudança da PAC manifesta-se com a Reforma de 1992, adoptada pelo acordo político estabelecido no Conselho Europeu a 21 de Maio desse ano, também conhecida por Reforma de Mc Sharry<sup>5</sup>.

Esta reforma inicia uma dupla tendência, que veio a ser continuada pela “Agenda 2000”. Por um lado, a baixa progressiva dos preços garantidos e a propensão a aproximá-los do preço mundial, por outro, o estabelecimento de um conjunto de medidas de “acompanhamento” da reforma, tais como:

- As medidas agro-ambientais<sup>6</sup>;
- O apoio à reforma antecipada<sup>7</sup>;

---

<sup>3</sup> Regulamento n.º 25 de 1962, e retificada no Regulamento CEE n.º 728/70.

<sup>4</sup> Em 1973 entraram a Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, em 1982 a Grécia, em 1986 Portugal e Espanha e em 1995 a Áustria, Finlândia e Suécia.

<sup>5</sup> Regulamentos (CEE) n.ºs 1765 e 1766/92.

<sup>6</sup> Regulamento (CEE) n.º 2078/92.

<sup>7</sup> Regulamento (CEE) n.º 2079/92.



- As medidas de florestação de terras agrícolas<sup>8</sup>.

Os principais contornos desta reforma evidenciam a diminuição dos preços agrícolas e a atribuição de ajudas diretas compensatórias aos agricultores. Tais ajudas eram calculadas com base no histórico da produtividade de cada região, e atribuídas por hectare nas culturas arvenses e por cabeça normal nos animais. Para os produtores de culturas arvenses apenas era obrigatório semear e obedecer a determinadas práticas agronómicas, não sendo obrigatória a colheita das produções, enquanto que, no caso dos produtores de animais, apenas era obrigatório manter os animais. Como medidas de contenção da produção os agricultores tinham a obrigação de proceder ao pousio para as arvenses e ao critério de extensificação<sup>9</sup> para os animais (Comissão Europeia, 2012d).

Subsequentemente, a UE pôde levar a termo negociações comerciais internacionais de carácter agrícola, com o Acordo de Marraquexe de 15 de Abril de 1994, o qual permitiu uma melhoria no que diz respeito aos equilíbrios de mercados e uma diminuição dos excedentes estruturais na maioria dos sectores sujeitos a alterações, especialmente nos cereais e na carne de bovino. O rendimento dos agricultores aumentou anualmente 4,5% em média entre 1992 e 1996.

### **2.1.3 - Reforma da “Agenda 2000”**

O Conselho Europeu de Berlim de 24 e 25 de Março de 1999 decidiu aprofundar e alargar a Reforma de 1992, promovendo na “Agenda 2000” a substituição progressiva das medidas de manutenção e apoio aos preços agrícolas por um sistema de ajudas diretas, acompanhado por uma política agrícola e de desenvolvimento rural coerente.

As compensações através de ajudas diretas continuaram a ser pagas com base nas áreas semeadas e respectivas produtividades estimadas (cereais, oleaginosas, arroz), no número de cabeças de gado ou mediante as medidas estruturais (vinho, frutas e produtos hortícolas). Para além destas medidas foram também prestados apoios especiais às zonas desfavorecidas e de montanha.

Foram estabelecidas prioridades na “Agenda 2000”, das quais se destacam (Comissão Europeia, 2003):

---

<sup>8</sup> Regulamento (CEE) n.º 2080/92, que institui um regime comunitário de ajudas às medidas florestais na agricultura.

<sup>9</sup> Número de cabeças por hectare de área forrageira.



- A competitividade da agricultura europeia, tanto no que diz respeito ao mercado interno como externo, com o objectivo de preparar a UE para a entrada de novos países e para as negociações da OMC;
- A qualidade e a segurança alimentar, como aspectos relacionados com competitividade e com a proteção dos consumidores;
- O respeito pelo meio ambiente e compatibilidade dos métodos de produção com o bem-estar animal;
- A garantia de um nível de vida equitativo da população agrícola. Desenvolvem-se os conceitos de “modulação”<sup>10</sup> e de redistribuição de ajudas aos rendimentos entre os agricultores;
- A manutenção e criação de empregos complementares para os agricultores.

#### **2.1.4 - Reforma de 2003**

Em resposta às pressões da sociedade europeia e da sua economia em constante evolução surgiu um novo conjunto de reformas iniciadas em 2003. Estas medidas visaram o aumento da competitividade de sector agrícola, fomentando uma agricultura sustentável orientada para o mercado e reforçando a política de desenvolvimento rural. Nesta reforma é introduzida uma reconstrução radical da PAC, com inovações importantes, como a dissociação de pagamentos de apoio ao rendimento dos agricultores e a introdução da condicionalidade. Nos anos seguintes, as políticas de ajudas ao açúcar, à fruta, aos produtos hortícolas e ao vinho também foram reformadas. (Cordovil *et al.*, 2004 e Comissão Europeia, 2012d).

Em Outubro de 2005 a Comissão Europeia propôs uma importante simplificação da PAC com o objectivo de reduzir a burocracia para os agricultores através de regras mais transparentes e menos onerosas.

Ao invés do FEOGA, as despesas agrícolas passam a ser financiadas por dois fundos que têm um sistema de funcionamento semelhante, embora apresentem algumas especificidades, ao abrigo do orçamento geral da EU (Comissão Europeia, 2012d e Comissão Europeia, 2011):

---

<sup>10</sup> Consiste na redução dos pagamentos diretos aos agricultores transferindo o dinheiro para o fundo de desenvolvimento rural.



- O **Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA<sup>11</sup>)**, que financia pagamentos diretos aos agricultores, bem como medidas para regular os mercados agrícolas, tais como a intervenção e as restituições às exportações;
- E o **Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER<sup>12</sup>)**, que financia os programas de desenvolvimento rural dos Estados-Membros.

### **2.1.5 - “Exame de Saúde” 2007-2008**

A Comissão Europeia avaliou em 2008 a execução da reforma da PAC de 2003 com a finalidade de introduzir os ajustes necessários para o processo de reforma a preparar na agricultura da UE. Houve a necessidade de adaptação a um ambiente em constantes alterações, acrescentando ainda a entrada de 12 novos países da Europa central e de leste na UE, em 2004<sup>13</sup> e em 2007<sup>14</sup>. Deste modo, a PAC numa Europa a 27 teve obrigatoriamente que sofrer ajustes.

A 20 de Novembro de 2008, os Ministros da Agricultura da UE chegaram a um acordo sobre o “Exame de Saúde” da PAC, em que, para além de modernizar, simplificar e racionalizar, se removeriam restrições aos agricultores, ajudando-os assim a reagir melhor aos sinais do mercado e a enfrentar novos desafios. Entre uma vasta gama de medidas estabelecidas no acordo, vem:

- A supressão da retirada de terras aráveis da produção;
- O aumento das quotas leiteiras para preparar gradualmente a sua abolição em 2015;
- Uma rede de segurança no mercado da UE (Comissão Europeia, 2008).

Todas estas evoluções da PAC assumem um papel importante na história da UE, revelando a sua adaptação ao meio económico-social em que se insere. De forma resumida pode-se observar esta evolução no quadro 1, abaixo.

---

<sup>11</sup> Regulamento CEE n.º 1698/2005.

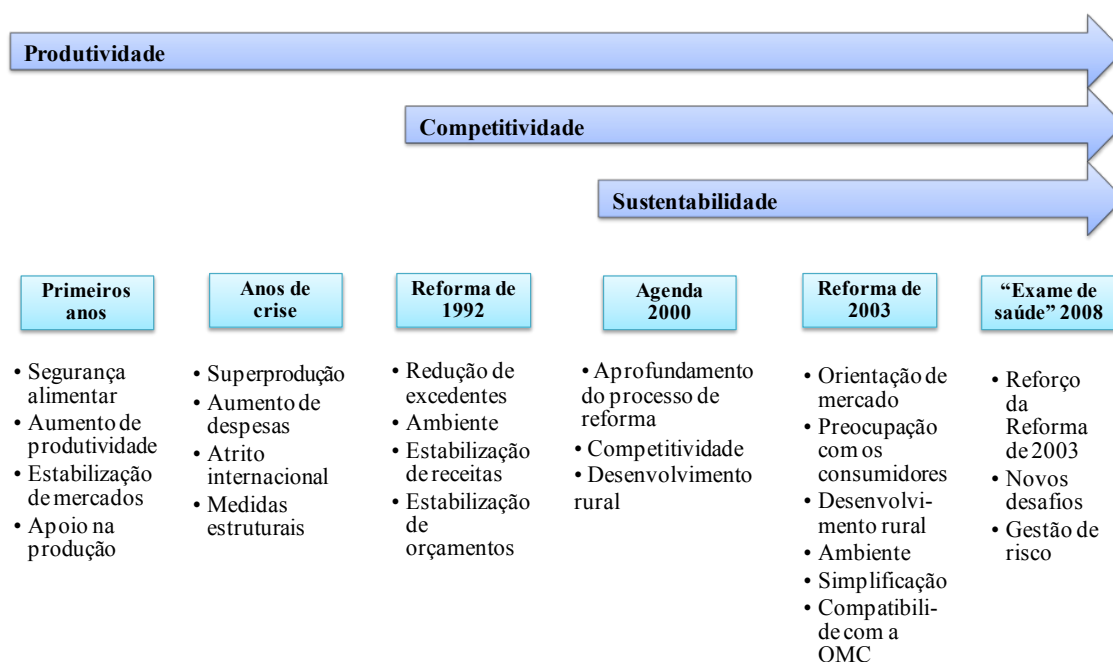
<sup>12</sup> Regulamento CEE n.º 1290/2005.

<sup>13</sup> Chipre, Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa.

<sup>14</sup> Roménia e Bulgária.



## Quadro 1 - Evolução histórica da PAC



(Adaptado Comissão Europeia, 2012c)

### 2.1.6 - Próxima Reforma

A UE está prestes a dar início à nova reforma da PAC, que vigorará a 1 de Janeiro de 2014. Segundo Allan Mathwes (2012), o documento de consulta que a Comissão Europeia publicou recentemente define algumas opções para a próxima reforma, tais como:

- A possibilidade de uma elevada parcela do novo orçamento europeu ser destinada à PAC;
- A distribuição de pagamentos diretos mais equitativa entre todos os Estados-Membros;
- A introdução de medidas para a volatilidade do preço das mercadorias, da energia e das mudanças climáticas;
- O equilíbrio territorial e coesão social, especialmente para os novos membros.

Várias reuniões entre os Estados-Membros se têm sucedido a fim de se acordar as reais necessidades de mudança a aplicar na nova reforma.



## **2.2 - Os Jovens Agricultores e a Agricultura Biológica no contexto das medidas de apoio em vigor em Portugal**

Presentemente vive-se num quadro de constante alteração da PAC. A última grande reforma, iniciada em 2003, consistiu na mudança de um modelo de apoio ao sector, mais intervencionista e regulamentador, para um outro em que as orientações determinantes são fixadas pelo mercado. Este novo enquadramento comunitário, de crescente liberalização das suas regras, alberga maiores exigências sobre a qualidade, a segurança alimentar e o ambiente, inseridos num contexto internacional cada vez mais concorrencial.

A agricultura portuguesa, desde a produção à indústria, está confrontada com uma situação exigente e rigorosa, mais complexa e menos protecionista. Com o intuito de fazer face a esta mudança de paradigma é necessário compreendê-lo, aceitá-lo e procurar agir neste novo quadro de referência em que estamos inseridos, o IV QCA (MADRP, 2011).

### **2.2.1- Jovens Agricultores**

A política de incentivo à instalação de jovens na agricultura começou por ser concretizada em França, no início da década de setenta com o objectivo de modernizar as explorações agrícolas francesas.

Posteriormente, a CEE adoptou medidas idênticas de apoio aos JA's, as quais vieram a ser formalizadas<sup>15</sup> em 1985, através de um regulamento aplicado horizontalmente a todos os estados membros. A partir de 1992, cada Estado-Membro passou a ter a liberdade de adoptar medidas de apoio específicas e diferenciadas, consignadas nos respectivos QCA, definidos para períodos de sete anos.

O quadro 1, abaixo, indica a evolução dos períodos de referência e a legislação de apoio aplicável aos jovens agricultores de Portugal, correspondente a cada quadro comunitário, desde a entrada na CEE até à atualidade.

---

<sup>15</sup> Regulamento (CEE) n.º797/85, de 12 de Março.



**Quadro 1 - Cronologia dos apoios aos JA, no âmbito  
dos sucessivos QCA**

<b>QCA</b>	<b>Designação corrente</b>	<b>Período de referência</b>	<b>Legislação</b>
QCA I	“797”	1989-1993	Reg. (CE) n.º 797/85 Reg. (CE) n.º 3808/89 Reg. (CE) n.º 2328/91 Reg. (CE) n.º 3669/93
QCA II	PAMAF	1994-1999	Reg. (CE) n.º 950/97 Reg. (CE) n.º 1257/99
QCA III	AGRO	2000-2006	Reg. (CE) n.º 1782/2003 Reg. (CE) n.º 1783/2003
QCA IV	PRODER – Eixo 1	2007-2013	Reg.(CE) n.º 1698/2005 Reg.(CE) n.º 1974/2006 Reg.(CE) n.º 1974/2006 Reg. (CE) n.º 1974/2006

(Adaptado de AJAP, 2007; MADRP, 2012 e [www.ifdr.pt](http://www.ifdr.pt))

No PRODER, atualmente em execução, existem vários subprogramas e ações, como se pode constatar no anexo I, destacando-se a medida 1.1.3. do subprograma 1, que será a medida abordada ao longo deste capítulo, por ser aquela que mais diretamente se refere ao apoio aos JA's.

A medida 1.1.3. referente à Instalação dos JA's é enquadrada pelos seguintes regulamentos e respetivos artigos:

- Art. 20.º alíneas a), ii) e b), i) e Arts. 22.º (1) e 26.º do Reg. (CE) n.º 1698/2005;
- Art. 13.º do Reg. (CE) n.º 1974/2006 e Anexo II ponto 5.3.1.1.2;
- Art. 17.º do Reg. (CE) n.º 1974/2006 e Anexo II ponto 5.3.1.2.1;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 112 e 121.

Esta medida surge como promotora da renovação do tecido empresarial dos territórios rurais e da desaceleração do processo de envelhecimento da população em geral, visando manter e





atrair recursos humanos para a atividade agrícola, através de um regime de incentivos à instalação de JA's.

Assenta no pressuposto de que a instalação bem sucedida de jovens agricultores contribuirá para a melhoria geral da atividade, incentivará o empreendedorismo, acompanhado de novas competências, maior adaptabilidade, melhorias na gestão e níveis de produtividade mais elevados e, conseqüentemente, aumentará a capacidade competitiva da agricultura e das zonas rurais (MADRP, 2011).

Os principais objetivos são:

- Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- Promover o processo de instalação dos jovens agricultores;
- Incentivar a continuidade dos jovens agricultores na atividade;
- Assegurar uma adequada formação e qualificação profissional;
- Promover o processo de desenvolvimento e adaptação das explorações dos jovens agricultores, assegurando o acompanhamento necessário.

Esta ação apoia a instalação inicial do JA no quadro de um plano empresarial de desenvolvimento da sua empresa. Entende-se por “instalação” a situação perante a qual o JA assume, pela primeira vez, a titularidade e gestão de uma exploração agrícola.

O candidato deverá apresentar um plano empresarial de desenvolvimento da atividade da empresa agrícola e de compromisso, enquadrando a situação inicial da exploração, meios e metas a atingir com o desenvolvimento da atividade e detalhes dos investimentos a efetuar, particularmente os investimentos necessários à adaptação às normas. Inclui ainda, a identificação da formação necessária em função do perfil do candidato.

O plano é aprovado pela Autoridade de Gestão do Programa até, o mais tardar, 18 meses após a instalação do JA. Sempre que o JA pretenda alterar o plano aprovado, deverá propor um aditamento ao mesmo, o qual só poderá ser implementado após a sua aprovação pela Autoridade de Gestão.

Os beneficiários são todos os indivíduos com mais de 18 e menos de 40 anos de idade, em regime de primeira instalação, que satisfaçam as seguintes condições, à data da candidatura:

- Ter mais de 18 e menos de 40 anos;
- Possuir as competências profissionais adequadas, designadamente o aproveitamento na formação e estágio de iniciação, quando aplicável, ou habilitações equivalentes devidamente reconhecidas;



- Apresentar um plano empresarial para o desenvolvimento da sua atividade;
- Assumir o compromisso de exercício da atividade durante 5 anos e cumprir as normas comunitárias ou assegurar a adaptação às mesmas num prazo de 36 meses, a contar da data de instalação, quando houver necessidade de realizar investimentos para o seu cumprimento;
- Submeter-se a um processo de acompanhamento e avaliação durante o período de operação, no mínimo 5 anos após a decisão da candidatura.

O referido apoio à instalação do JA assume as seguintes formas:

- a) Prémio à instalação, sob a forma de subsídio não reembolsável, com o valor de 40% do montante do investimento constante do plano empresarial, até ao valor máximo de 30000 €, valor que poderá atingir 40000 € quando ocorra a instalação de mais do que um JA, isto é, em forma de sociedade;
- b) Incentivo financeiro não reembolsável, até ao valor máximo de 60% ou 50% do investimento elegível apurado no plano empresarial, nas zonas desfavorecidas e nas restantes zonas, respectivamente.

No caso de o JA não respeitar o conjunto dos compromissos estabelecidos, nomeadamente os constantes do Plano de Instalação, será aplicada pela Autoridade de Gestão uma sanção proporcional à gravidade da desconformidade, que poderá implicar a devolução total das ajudas.

Esta ação tem tido, desde o início da aplicação do PRODER, períodos variáveis de candidaturas, sendo que atualmente nos encontramos já no 10.º concurso. Seguidamente apresenta-se a cronologia dos concursos já implementados até hoje (MADRP, 2012):

- ✓ 1.º Concurso — De 12 de Maio a 25 de Julho de 2008;
- ✓ 2.º Concurso — De 1 de Setembro a 31 de Outubro de 2008;
- ✓ 3.º Concurso — De 1 de Novembro a 31 de Dezembro de 2008;
- ✓ 4.º Concurso — De 1 a 31 de Janeiro de 2009;
- ✓ 5.º Concurso — De 1 a 30 de Abril de 2009;
- ✓ 6.º Concurso — De 1 a 31 de Julho de 2009;
- ✓ 7.º Concurso — De 1 de Outubro a 31 de Dezembro 2009;
- ✓ 8.º Concurso — De 2 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010;
- ✓ 9.º Concurso — De 2 de Janeiro a 10 de Fevereiro de 2011;



- 10.º Concurso - De 1 de Junho de 2011 até ao presente.

### **2.2.2 - Agricultura Biológica**

Atualmente, quanto ao apoio ao investimento e ao rendimento no âmbito da AB, o programa de incentivos encontra-se suspenso.

O primeiro incentivo que existiu para a produção em modo biológico surgiu em 1993, segundo as normas contempladas no Reg. (CEE) 2078/92, através da medida de diminuição dos efeitos poluentes da agricultura – AB das Agro-ambientais. Relativamente às condições de elegibilidade, os agricultores tinham os seguintes requisitos (IEADR, 1994):

- Área mínima de 1 hectare em fruticultura, 0,5 hectare em horticultura de ar livre e 0,1 em culturas protegidas;
- Efetuar a notificação da sua atividade em AB junto do Instituto de Mercados Agrícolas e da Indústria Agro Alimentar (IMAIA);
- Frequentar o curso de formação específica em AB.

Quanto aos compromissos, os agricultores obrigavam-se a:

- Introduzir ou manter métodos de produção biológica definidos no Reg. (CE) n.º 2092/91;
- Manter os compromissos assumidos por um período mínimo de 5 anos.

No que respeita aos montantes das ajudas, estas variavam da seguinte forma:

Culturas anuais de sequeiro .....	150 ECU <sup>16</sup> por hectare;
Culturas anuais de regadio .....	250 ECU por hectare;
Olival .....	150 ECU por hectare;
Fruticultura de sequeiro .....	300 ECU por hectare;
Fruticultura de regadio .....	500 ECU por hectare;
Vinha .....	400 ECU por hectare.

No período inicial de produção biológica (2 anos para culturas anuais e 3 anos para culturas perenes) a venda do produto com certificação não é possível, pelo que os prémios acima

---

<sup>16</sup> 1 ECU equivale a 236\$933 em 1994.



indicados eram majorados em 20% nesses primeiros anos. As ajudas eram ainda moduladas consoante as culturas e a área em produção.

No decorrer da reforma da PAC, e no âmbito da Agenda 2000, foi aprovado para Portugal, de 2000 a 2006, no âmbito do RURIS e das Medidas Agro-Ambientais, a Medida 14 – Agricultura Biológica<sup>17</sup>, para a região continental, que se encontrava no Grupo I - Proteção e Melhoria do Ambiente, dos Solos e da Água (DGDR, 2001).

Relativamente aos requisitos para a obtenção deste apoio, os agricultores tinham de:

- Possuir uma área mínima de uma ou mais das seguintes culturas:
  - ↳ 0,5 hectare de fruticultura; 0,5 de frutos secos em regime intensivo, 0,5 de vinha; 0,5 hectare de olival; 0,3 hectare de horticultura ao ar livre; 0,1 hectare de culturas hortícolas em estufa; 0,5 hectare de plantas aromáticas; 0,5 de frutos subtropicais e pequenos frutos e 1 hectare de pastagem natural ou prado permanente.
- Efetuar junto da DGDR a notificação prevista na alínea a) do Art. 8.º do Reg. (CEE) n.º 2092/92, do Conselho, de 24 de Junho de 2004;
- Ser certificados por uma entidade reconhecida;
- Ser membros de uma Organização de Agricultores em MPB, reconhecida pelo MADRP e apresentar um plano da exploração com o consentimento deste;
- Ter frequentado um curso de formação específica em AB;
- Respeitar, entre outras limitações, o nível de encabeçamento dos animais e de densidades de árvores por hectare.

Quanto aos montantes das ajudas, havia duas situações:

- Quando o agricultor nunca tivesse celebrado um contrato agro-ambiental ou ajuda similar, as ajudas eram majoradas em 20% nos dois primeiros anos, permanecendo constante nos restantes anos;
- Quando o agricultor já tivesse beneficiado de ajuda, ao abrigo do anterior QCA, as ajudas eram atribuídas a 100% nos dois primeiros anos e nos restantes diminuía 10% em cada ano, cumulativamente.

---

<sup>17</sup> Decreto-Lei n.º 8/2001, de 22 de Janeiro, e Portaria n.º 475/2001 de 10 de Maio.



No que respeita ao montante das ajudas, o seu valor dependia do tipo de cultura e da respetiva área podendo variar desde 70 euros/hectare , em pastagem naturais e prados permanentes com áreas superiores a 50 hectare, até 625 euros/hectare , no caso de áreas de pomóideas, prunóideas, citrinos, figos, frutos subtropicais e pequenos frutos com menos de 5 hectares.

Seguidamente, com o PRODER (2007-2013), continuou a haver um incentivo à produção em modo de AB, apelidando-se de “Regimes de Qualidade”<sup>18</sup> (INGA, 2008 e Comissão Europeia, 2007).

Esta medida concede um apoio com um limite anual de 3000 euros por exploração. Os montantes unitários são estabelecidos consoante o tipo de cultura, a área e os efetivos pecuários, estando estes sujeitos ao respectivo sistema de controlo e certificação de produtos.

O apoio aos métodos de produção agrícola biológica surgiram neste quadro com o intuito de melhorar a qualidade dos produtos destinados ao consumo humano, com o objectivo de garantir qualidade ao consumidor e gerar valor acrescentado. Os beneficiários são os agricultores que participam voluntariamente em sistemas de qualidade comunitários ou nacionais previstos pela legislação europeia sobre a proteção das indicações geográficas e denominações de origem, os certificados de especificidade, modo de produção biológico e os vinhos de qualidade.

Este apoio consiste numa ajuda monetária anual, com duração máxima de 5 anos. A determinação do montante depende dos custos fixos decorrentes da participação nos sistemas de qualidade. Também estava contemplada uma ajuda aos agrupamentos de produtores para ações de informação, promoção e publicidade destinadas aos consumidores, com o limite de 70% do custo elegível da ação.

Para além da ajuda anteriormente descrita, os agricultores que procedessem a métodos de produção agrícolas que protegessem o ambiente e preservassem o espaço natural ou o bem-estar animal, tinham direito a um apoio, por um período mínimo de cinco anos.

Para além das boas práticas agrícolas, as ajudas eram calculadas em função da perda de rendimentos, dos custos adicionais e do incentivo financeiro necessário para assumir os compromissos agro-ambientais, bem como, dos investimentos não produtivos. Os limites monetários por cultura eram:

- 900€ por hectare para culturas perenes especializada;
- 600 € por hectare para culturas anuais;
- 450€ por hectare para a utilização não agrícola das terras.

---

<sup>18</sup> Portaria n.º 260/2009, de 11 de Março.



E por Cabeça Normal (CN), no que respeita ao bem-estar animal:

- 500€ por CN;
- 200€ por CN para raças locais em ameaça de extinção.

Esta medida deteve dois concursos abertos, o primeiro de 7 de Abril a 15 de Maio de 2009 e o segundo de 17 de Fevereiro a 15 de Maio de 2010. Atualmente, esta ajuda está suspensa (Crisóstomo, 2012).

Em Portugal não está ainda implementado um plano de ação nacional de AB, apesar de ter sido publicado um em Maio de 2004, todavia devido à mudança de Governo oito meses depois, este nunca foi colocado em prática.

### **2.3 - A origem da AB e o seu contexto na PA**

Segundo Alberto Alemano (2007), o fenómeno da AB surgiu nos anos 30 e 40, fundamentalmente nos países da Alemanha, Inglaterra e Suíça, como reação ao aumento do consumo de fertilizantes sintéticos. De facto, os fertilizantes artificiais, tais como os superfosfatos, os nitratos e nitritos foram criados durante o século XIX e o seu consumo foi aumentando devido ao seu elevado poder nutritivo, fácil transporte e preço competitivo.

Ainda que muitos conceitos de AB surgissem posteriormente ao seu trabalho, Alberta Howard é hoje considerado o fundador e pioneiro do movimento de AB e das filosofias e práticas de agricultura holística.

Rudolf Steiner, filósofo alemão, desempenhou também um importante papel na teoria da AB, desenvolvendo um sistema de agricultura ecológica e sustentável conhecido por “Agricultura Biodinâmica”, em 1920.

Finalmente Hans Peter Rush e Hans Müller também contribuíram para o desenvolvimento da AB adicionando o conceito do movimento chamado de “Agricultura Biológica” na Suíça.

A característica comum a todos estes movimentos desenvolvidos no início do século XX é a conexão entre a agricultura e a natureza, promovendo o respeito pelo equilíbrio natural.

As práticas comuns são as seguintes:

- Rotação de culturas;
- Uso adubo verde;
- Elaboração e uso de composto;



- Controlo com biopesticidas;
- Recurso ao cultivo mecânico.

Atualmente a AB é também designada por “Agricultura Orgânica” (Brasil), ou *Organic Farming* (países de língua inglesa), “Agricultura Ecológica” (Espanha, Dinamarca, Suécia), “Agricultura Natural” ou *Nature Farming* (Japão). Existem ainda métodos particulares de AB, como é o caso da “Agricultura Biodinâmica” e da “Permacultura”.

A AB é um sistema de produção que evita ou exclui a quase totalidade de produtos químicos de síntese como adubos, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos alimentares para animais. Recorre a resíduos das culturas, estrumes de animais, leguminosas, adubos verdes e todos os resíduos orgânicos da exploração agrícola de modo a manter a produtividade do solo e a nutrir as plantas, usa a luta biológica para combater pragas e doenças, controlar insectos, ervas infestantes e outros inimigos das culturas. O conceito de solo como um sistema vivo que desenvolve as atividades de organismos úteis é central nesta definição (Lampkin, 1990 *in* Ferreira *et al.*, 2009).

Apesar de a AB já ser praticada desde há muito tempo, pode situar-se a década de 70 como a época em que começou a surgir no mercado, nomeadamente nos países da Europa Central e do Norte. A Comissão Europeia apresentou a primeira proposta de Reg. em 1988-1989 no sentido de harmonizar as regras da AB, da sua rotulagem e do seu controlo, ao nível da CEE, no contexto da época.

De facto, a ausência de uma legislação comum levava a situações de concorrência desleal entre operadores, a alguma falta de confiança nos mercados e a impedimentos à livre circulação de mercadorias.

No entanto, já nessa época, a AB e os seus produtos procuravam uma visão holística do sistema de produção, envolvendo as diversas fases, desde a produção, passando pela transformação, o acondicionamento e a embalagem dos produtos, até ao consumidor final.

O controlo e a certificação centravam-se no funcionamento das organizações associativas, com base nos seus respectivos cadernos e normas, que tinham como fato comum e porventura único, no seio do setor agrícola e alimentar, em geral, as características de garantir o controlo em todas as fases do circuito dos produtos (Ferreira, J. *et al.*, 2009).

Após um período de debates e discussões entre os diversos representantes dos 12 Estados — Membros e a Comissão Europeia, foi então aprovado e publicado o primeiro Reg. europeu relativo ao modo de produção biológico dos produtos agrícolas e sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios — Reg. (CEE) n.º 2092/91, do Conselho de 24 de Junho



de 1991. Este Reg. foi sofrendo dezenas de modificações até 2007 (ano da sua revogação), numa média de quatro alterações por ano.

No entanto, ao longo deste percurso, a sua estrutura base manteve-se, contando com um conjunto de 16 artigos, os quais remetem para 8 anexos, que consistem na informação de cariz mais utilitário na perspectiva dos operadores, contendo as diversas listas de produtos autorizados e as respectivas condições de utilização (quadro 2).

**Quadro 2** - Estrutura do Reg. n.º 2092/91

<b>Tema</b>	<b>Arts.</b>
Âmbito de aplicação	Art. 1.º
Indicações e termos referentes ao modo de produção biológico (incluindo os diminutivos “bio”, “eco”, etc.), nas diferentes línguas comunitárias (ex: “biológico”, “ecológico”, “orgânico”, etc.)	Art. 2.º
Prevalência de outras disposições legais	Art. 3.º
Definições: rotulagem, produção, preparação, comercialização, operador, produtos fitofarmacêuticos, detergentes, género alimentício pré-embalado, produção animal, OGM, derivado de OGM, medicamento veterinário, etc.	Art. 4.º
Rotulagem e marcas comerciais	Arts. 5.º e 10.º
Conversão	Art. 5.º - 5; Anexo I – A e B
Regras de produção; sementes e material de propagação vegetativa	Art. 6.º
Jovens plantas	Art. 6.º A
Sistema de controlo	Arts. 8.º e 9.º





<b>Tema</b>	<b>Arts.</b>
Notificação da atividade	Art. 8.º - 1.ª; Anexo IV
Indicação de conformidade com o regime de controlo	Art. 10.º; Anexo V
Importações de países terceiros	Art. 11.º
Livre circulação no interior da comunidade	Art. 12.º
Disposições administrativas	Art. 13.º
Princípios de produção biológica nas explorações – vegetais e produtos vegetais	Anexo I – A
Princípios de produção biológica nas explorações – animais e produtos animais	Anexo I – B
Apicultura e produtos de apicultura	Anexo I – C
Fertilizantes e corretivos dos solos	Anexo II – A
Pesticidas	Anexo II – B - 1
Produtos para combater pragas ou doenças nos locais e instalações pecuários	Anexo II – B - 2
Matérias-primas para alimentação animal	Anexo II – C
Aditivos para alimentação animal, certos produtos e auxiliares tecnológicos utilizados nos alimentos para animais	Anexo II – D



<b>Tema</b>	<b>Arts.</b>
Produtos para limpeza e desinfecção dos locais e instalações pecuárias	Anexo II – E
Exigências mínimas de controlo e medidas de precaução previstas no sistema de controlo (disposições gerais e específicas – produção de vegetais, vegetais, animais, produtos animais/unidades de preparação/importações provenientes de países terceiros/subcontratação/preparação de alimentos para animais)	Anexo III – A, B, C, D e E
Ingredientes de origem não agrícola	Anexo VI – A
Auxiliares tecnológicos e outros produtos que podem ser usados na transformação de ingredientes de origem agrícola de produção biológica	Anexo VI – B
Ingredientes de origem agrícola não produzidos em modo de produção biológico	Anexo VI – C
Tabela do número máximo de animais por hectare/classe/espécie	Anexo VII
Superfícies mínimas interiores e exteriores do alojamento para diferentes espécies e tipos de produção	Anexo VIII

(Adaptado Ferreira, J. *et al.*, 2009)

A 20 de Julho de 2007 foi publicado o Reg. (CE) n.º 834/2007, de 28 de Junho, do mesmo ano, relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2009, em todos os Estados – Membros da U.E., revogando nessa data o Reg. (CE) n.º 2092/91.

É constituído por 7 capítulos, 42 Arts., e 1 anexo, dispostos como se pode visualizar no quadro 3, com a diferenciação dos seus objectivos, princípios e regras de produção. A 18 de Setembro de 2008 foi publicado o Reg. (CE) n.º 889/2008, da Comissão, que estabelece as normas de execução do Reg. (CE) n.º 834/2007.



**Quadro 3** - Estrutura do Reg. (CE) n.º 834/2007

<b>Título I</b>	Objectivo, âmbito de aplicação e definições (arts. 1.º e 2.º)
<b>Título II</b>	Objectivos e princípios da produção biológica (arts. 3.º a 7.º)
<b>Título III</b>	Regras da produção
<b>Cap. 1</b>	Regras aplicáveis à produção (art. 8.º a 10.º)
<b>Cap. 2</b>	Produção agrícola (art. 11.º a 17.º)
<b>Cap. 3</b>	Produção de alimentos transformados para animais (art. 18.º)
<b>Cap. 4</b>	Produção de géneros alimentícios transformados (art. 19.º a 21.º)
<b>Cap. 5</b>	Flexibilidade (art. 22.º)
<b>Título IV</b>	Rotulagem (art. 23.º a 26.º)
<b>Título V</b>	Controlos (art. 23.º a 26.º)
<b>Título VI</b>	Relações com países terceiros (art. 32.º e 33.º)
<b>Título VII</b>	Disposições finais e transitórias (art. 34.º e 42.º)
<b>Anexo</b>	Referente ao n.º1 do art. 23

(Adaptado de Ferreira, J. *et al.*, 2009)

Este regulamento foi depois complementado com outra legislação comunitária, nomeadamente (Comissão Europeia, 2012a):

- O Reg. (CE) n.º 967/2008, de 29 de Setembro de 2008, que altera o Reg. (CE) n.º 834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos;
- O Reg. (CE) n.º 1235/2008, de 8 de Dezembro de 2008, que estabelece normas de execução do Reg. (CE) n.º 834/2007 do Conselho no que respeita ao regime de importação de produtos biológicos de países terceiros;
- O Reg. (CE) n.º 1254/2008, de 15 de Dezembro de 2008, que altera o Reg. (CE) n.º 889/2008 que estabelece normas de execução do Reg. (CE) n.º 834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e ao controlo.

Recentemente foi publicado o Reg. de Execução (EU) n.º 203/2012, que estabelece as normas de execução no que respeita à produção e rotulagem do vinho biológico. Este regulamento é



aplicável a partir da campanha de 2012, e os produtores poderão inscrever a menção “Vinho Biológico” nos rótulos. Também o logótipo biológico da UE e o código numérico da entidade de acreditação, bem como o estabelecido por outras normas de rotulagem de vinhos. Embora existam já normas aplicáveis aos “Vinhos e Uvas Biológicas”, as práticas enológicas não eram abrangidas. Basicamente este novo regulamento estabelece um subconjunto de práticas enológicas e de substâncias para os vinhos biológicos<sup>19</sup> mínimas utilizadas e/ou permitidas, como exemplo, o ácido ascórbico e a dessulfuração não são autorizadas e o teor de sulfitos no vinho tem de ser inferior, no mínimo, em 30-50 mg por litro ao do seu equivalente convencional (consoante o teor de açúcares residuais). Para além destas normas aplicam-se igualmente todas as normas gerais de fabrico de vinho. O “vinho biológico” tem, naturalmente, de ser fabricado com uvas biológicas, nos termos do Reg. n.º 834/2007. As novas regras incrementam a transparência e evolução do sector vitivinícola para o reconhecimento por parte do consumidor (MAMAOT, 2012).

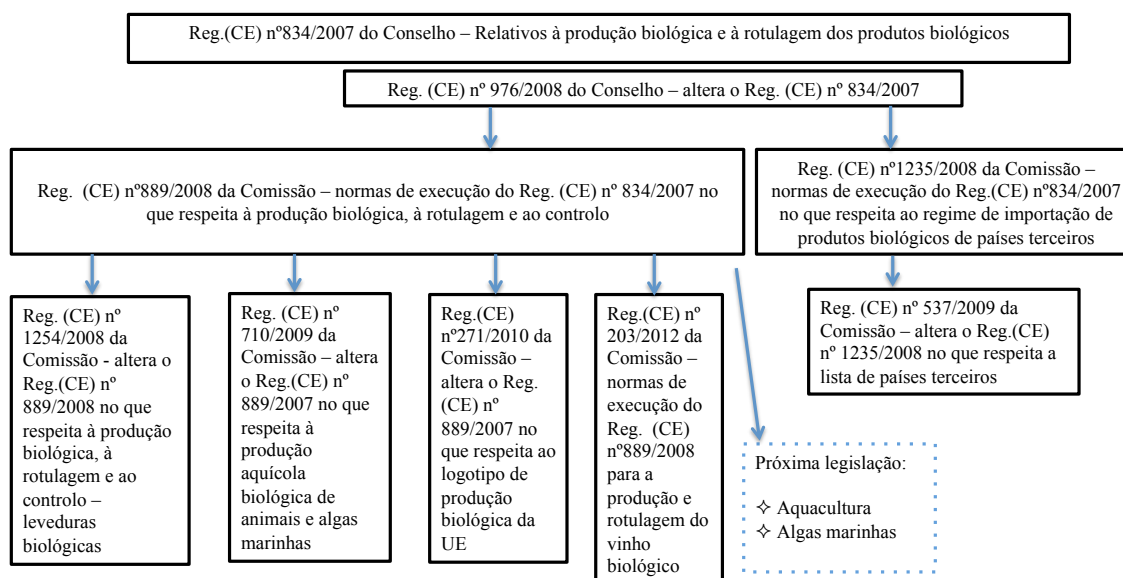
Prevê-se para breve um regulamento para a aquacultura e as algas marinhas. De uma forma resumida podemos encadear todo o historial de regulamentos desde 1992 até ao presente ano de 2012, como uma hierarquia de legislação no seguinte esquema do quadro 4.

---

<sup>19</sup> Definidas no Diploma 606/2009 da OCM Vitivinícola.



#### Quadro 4 – Hierarquia da legislação de AB na UE



(Adaptado de GPP, 2010)

Para além da legislação atrás referida, a Comissão Europeia elaborou um Plano de Ação Europeu em matéria de alimentação e a agricultura biológicas, o qual estabelece 21 iniciativas para alcançar os objectivos de desenvolvimento do mercado de alimentos biológicos, e melhoramento dos padrões para otimizar a eficiência, a transparência e a confiança do consumidor.

O plano visa melhorar a informação sobre a AB, racionalizar a ajuda pública através do desenvolvimento rural, melhorar os padrões de produção e reforçar a investigação. Este plano responde ao rápido crescimento do número de agricultores que produzem pelo método biológico e ao aumento da procura dos consumidores nos

O plano foi elaborado com base em amplas consultas com os Estados-Membros e grupos de interesse, incluindo uma consulta online em 2003 e uma audição pública em 2004 (Comissão Europeia, 2012e).



## 2.4 - As PAM em Portugal, na Europa e resto do Mundo

Durante muito tempo as Plantas Aromáticas e Medicinais (PAM) foram encaradas como um recurso natural renovável e a sua colheita era exercida diretamente no ecossistema.

Ainda hoje, as populações espontâneas desempenham um papel vital no seu uso e comércio, uma vez que o cultivo de algumas espécies não é lucrativo, devido:

- À dificuldade na produção de algumas plantas;
- À sua necessidade em pequena quantidade;
- À qualidade de algumas plantas silvestres colhidas ser considerada superior;
- Aos custos da colecta de populações selvagens serem relativamente baixos;
- À contribuição para a fixação das populações rurais, uma vez que movimenta capital na região.

Porém, existe o lado negativo desta recolção:

- A delapidação de habitats;
- A extinção de algumas espécies;
- A qualidade inferior de algumas plantas, entre outros factores.
- 

Contemporaneamente, em Portugal, o acréscimo de procura por estas espécies associado a preocupações de sustentabilidade ambiental dos ecossistemas e ao facto das PAM serem encaradas como uma alternativa agronómica a certas culturas tradicionais conduziu à realização de estudos de viabilidade agro-económica e valorização das PAM.

A diversificação da gama de produtos que incorpora as PAM e os seus derivados é elevada. Genericamente, consideram-se três os usos fundamentais: as indústrias agroalimentares, farmacêuticas (incluindo-se os produtos utilizados em medicina natural) e cosméticas (Lopes, J. *et al.*, 2005).

Na Europa são utilizadas cerca de 2000 plantas medicinais com fins comerciais, das quais dois terços são espontâneas. As espécies comumente cultivadas são:

- *Lavandula* sp. (alfazema);
- *Papaver somniferum* (papoila-do-ópio);



- *Carum carvi* (alcaravia);
- *Foeniculum vulgare* (funcho).

A Bulgária, a Espanha, a França e a Hungria, são dos países da UE com maior área de cultivo (Alves, 2008).

A colheita selvagem é a colheita de material vegetal a partir do meio selvagem. Este material pode ser a casca, as folhas, os frutos, as flores, a madeira ou as raízes. Podem ser colhidas em diversas localizações, incluindo em pastos, terras agrícolas, jardins, na berma de estradas ou na floresta. A maior parte do material comercializado (tanto a nível nacional como internacional) ainda é selvagem sendo que apenas um número muito reduzido de espécies é cultivado. É difícil fornecer dados precisos sobre o volume mundial de plantas selvagens colhidas, pois é muito difícil distinguir o material selvagem do cultivado. Por estas razões, a maior parte do material de colheita selvagem é originária de países em desenvolvimento, particularmente de áreas remotas onde o rendimento de tais fontes representa a única forma de emprego remunerado para os habitantes das zonas rurais. De facto, segundo o Relatório do Grupo de Trabalho sobre Conservação e Uso Sustentável de Plantas Medicinais (Kuipers, 1997), um factor crítico na colheita selvagem é a disponibilidade de mão-de-obra barata para realizar o trabalho muito intensivo de coleta. Apesar disso, uma quantidade surpreendentemente elevada tem vindo também a ser recolhida em países desenvolvidos.

A maioria dos países tem pouca ou nenhuma regulamentação que controle a coleta do material selvagem. A fim de regulamentar e salvaguardar a colheita de espécies ameaçadas existe o CITES, Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, que é um acordo internacional entre governos que entrou em vigor em 1975 e foi ratificado por Portugal em 1980. O seu objectivo é garantir que nenhuma espécie da fauna ou da flora selvagem corra o risco de extinção ou que continue a ser alvo de uma exploração insustentável devido ao comércio internacional.

Relativamente ao cultivo das PAM's, este é mais adequado para usos em grande escala, tais como a produção de medicamentos por empresas farmacêuticas, que exigem produtos padronizados de conteúdo certificado. Estes requisitos de qualidade são muito importantes devido aos regulamentos de medicamentos naturais se terem tornado cada vez mais rigorosos. Países como a Argentina, China, Hungria, Índia, Polónia e Espanha são exemplos de países que cultivam algumas PAM em grande escala. Este cultivo comercial destina-se, maioritariamente à produção de medicamentos de alta qualidade e baseia-se em tecnologias de baixo *input*, reconhecendo que o material tem de competir num mercado internacional altamente competitivo.



Na maioria dos casos, as empresas tendem a cultivar apenas as espécies de plantas que são usadas em grandes quantidades ou na produção de derivados isolados, pelo que a normalização é essencial e a qualidade rigorosa. Algumas cooperativas de produtores ou empreendimentos colaborativos têm sido criados para permitir que os produtores de alguns países possam alcançar um maior poder de negociação.

Nomeadamente em países desenvolvidos, como a Holanda, e em países do Leste Europeu, exportam-se quantidades significativas para o resto da Europa e para América do Norte. Os baixos preços de material selvagem colhido alberga como consequência nefasta, a desvalorização do valor das plantas cultivada (Kuipers, 1997).





### 3. METODOLOGIAS

#### 3.1 - Elaboração e análise de um projeto agrícola de investimento – estudo de caso

A elaboração de um projeto de investimento é uma tarefa complexa que deve obedecer a uma metodologia bem estruturada para que se possa chegar à fase de implementação com sucesso. Segundo Avillez (2006) a definição de projeto agrícola pode ser entendida como uma proposta de aplicação no presente de um conjunto de recursos relativamente escassos que estejam diretamente associados a combinações mais ou menos diversificadas de atividades exclusiva ou predominantemente agrícolas, realizada com a intenção de gerar no futuro um fluxo de bens e serviços de valor bem determinado e por intermédio do qual se visa atingir objectivos de natureza empresarial e social.

Um projeto desenvolve-se ao longo de diferentes fases que integram o seu ciclo de vida. No quadro 5 apresentam-se as 4 fases cruciais e os aspectos com elas relacionados.

**Quadro 5** - Fases do ciclo de vida de um projeto de investimento

Fase de concepção e formulação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recolha e tratamento da informação necessária para fomentar uma tomada de decisão quanto ao futuro do projecto (técnica, económica...)</li></ul>
Fase de execução ou realização	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de benfeitorias e/ou compras de terra, máquinas, equipamentos e animais reprodutores que integram o investimento.</li></ul>
Fase de funcionamento ou exploração	<ul style="list-style-type: none"><li>• Período correspondente às receitas e custos anuais do investimento.</li></ul>
Fase de extinção	<ul style="list-style-type: none"><li>• Final da vida económica do investimento</li></ul>

(Adaptado de Avillez *et al.*, 2006)



Cada uma destas fases é composta por várias etapas como se pode verificar esquematicamente no quadro 6, abaixo.

**Quadro 6** - Etapas de análise do projeto de investimento



(Adaptado Avillez *et al.*, 2006)



Neste caso, começou-se por aprofundar as áreas possíveis para investimento, analisando empiricamente o mercado, conciliando com as áreas de gosto pessoal, com as condicionantes técnico-agronómicas e zootécnicas e os investimentos em causa para cada atividade, aliando às condições físicas dos terrenos disponíveis, nomeadamente a área. Desta análise sobressaíram como hipóteses iniciais de áreas de negócio as seguintes:

- Produção de hortícolas em Modo de Produção Biológico (MPB);
- Produção de plantas aromáticas e medicinais em MPB;
- Viveiros de plantas de frutos silvestres em MPB;
- Produção de leite de burra para liofilização.

A fim de clarificar melhor todas as condicionantes que envolviam os apoios aos jovens agricultores da Comunidade Europeia, a proponente executou um curso de *Projetos Agrícolas de Investimento na Empresa*, de 24 horas, numa empresa da área agrícola. Subsequentemente, investigaram-se as condicionantes burocráticas dos apoios existentes, nomeadamente da Ação 1.1.3 – Instalação de JA, do PRODER. A realização deste curso foi crucial para a fundamentação da decisão final, tendo-se avançado com a ideia do negócio de produção de PAM em MPB.

Inicialmente a proponente equacionou ser ela própria a elaborar o projeto. Contudo, devido à necessidade de numerosa informação dispersa e algumas ambiguidades na legislação, optou-se por recorrer a uma empresa de elaboração de projetos.

Na fase de preparação para a elaboração do projeto, começou por se realizar um estudo preliminar de todas as componentes inerentes à área produtiva das PAM. Aliado ao facto de a proponente ter estagiado, na licenciatura em Agropecuária, numa prestigiada empresa do sector das PAM em Portugal, decidiu-se agendar uma consulta técnica nessa mesma empresa. Daí foi possível dominar detalhadamente:

- Todas as instalações físicas da exploração (estufa e armazém);
- Materiais necessários para a produção:
  - Tela-base para o solo;
  - Sistema de rega;
  - Máquina de colheita das PAM;
  - Secador das PAM.
- Todo o ciclo produtivo das PAM;
- As plantas a produzir para exportação e toda a logística inerente;



- Condições agronómicas e produtivas das plantas a produzir;
- Mobilizações e preparação do terreno;
- Contactos de fornecedores;
- Valores médios de rentabilidade por planta;
- Bibliografia recomendada.

Após a consulta técnica reuniu-se toda a informação obtida e traçou-se o seguinte esboço do sistema produtivo das PAM:

- Plantas plurianuais para exportação e para embalamento, numa área de 2 hectares;
- Plantas plurianuais e anuais para as embalagens e envasamento em 1,4 hectares;
- Armazém de 500 m<sup>2</sup>;
- Estufa de 500 m<sup>2</sup>.

Decidiu-se que o projeto iria ser implementado em duas parcelas distintas, uma de 3,65 hectares, localizada na freguesia de Arazede e a outra, de 1,28 hectares, localizada na freguesia de Anobra.

Reuniu-se uma listagem de todas as componentes do investimento, elegíveis e não elegíveis no âmbito do PRODER, e, seguidamente, iniciou-se a fase de pedido de orçamentos a mais do que uma empresa, quando possível, para cada componente elegível.

Para o cálculo das receitas de exploração foram utilizados os valores de produção e preços de venda fornecidos pela empresa onde se realizou a consulta técnica e que são apresentadas de forma mais pormenorizada no capítulo 3.2. Os custos de exploração anuais foram determinados com bases em tabelas de referência utilizados pela empresa que colaborou na elaboração do projeto. Os diversos itens considerados na elaboração destes custos não foram cedidos por essa empresa, aparecendo apenas os seus valores agregados na tabela de rentabilidade da operação que consta no formulário de candidatura apresentado no capítulo 3.4.

Posteriormente realizou-se um estudo da viabilidade económica do projeto.

Prosseguiu-se com o processo de pedidos de autorização de implementação das infraestruturas no terreno às entidades competentes, tais como, a Câmara Municipal do concelho, à qual se solicitou, de acordo com o PDM, a planta de localização, com as características do terreno. Após aquisição desta planta, soube-se que o terreno de 3,65 hectares estava inserido na REN<sup>20</sup> e na RAN<sup>21</sup>. Deste modo, foi necessário proceder a um pedido de

---

<sup>20</sup> Reserva Ecológica Nacional.



autorização à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) para a implementação da estufa e do armazém. Para isso, foi necessário proceder a uma memória descritiva detalhada de todo o projeto, segundo a legislação em vigor para a REN<sup>22</sup> para a futura avaliação e aprovação.

Relativamente aos recursos hídricos, nomeadamente o furo, foi necessário um pedido de título de utilização à Administração da Região Hidrográfica de Centro, IP. (ARH Centro).

Foi ainda necessário recolher um conjunto de outros documentos junto de uma entidade credenciada pelo IFAP, neste caso recorreu-se à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), nomeadamente:

- Identificação do Beneficiário (IB) – documento em que consta toda a informação sobre o agricultor, desde o Número de Identificação do Beneficiário para o IFAP, designando-se de “NIFAP”, a morada e o NIB (ver anexo I);
- Identificação da Exploração (IE) – documento em que constam as parcelas afectas à exploração (ver anexo II);
- Polígonos de Investimento – consiste na delimitação das áreas elegíveis ao projeto de investimento (ver anexo III).

Para além dos procedimentos acima descritos, foi ainda necessário obter os seguintes documentos obrigatórios:

- Conta exclusiva para o projeto e associá-la ao IB;
- Certidão da Segurança Social com a regularização da situação contributiva;
- Certidão das Finanças com a regularização da situação tributária;
- Certidão da licenciatura;
- Fotocópia do BI/ NIF ou CC;
- Certidão dos terrenos e cedência de um deles de um familiar;
- Declarações de escoamento de possíveis clientes;
- Planta de implantação à escala 1:500 da estufa e armazém, elaborado por um arquiteto.

Reunida toda a documentação exigida, procedeu-se à fase de elaboração do projeto propriamente dita, com a parceria da empresa de elaboração de projetos.

---

<sup>21</sup> Reserva Agrícola Nacional.

<sup>22</sup> Portaria n.º 813/2007, Portaria n.º 814/2007, Portaria n.º 166/2008, Portaria n.º 1247/2008 e Portaria n.º 1356/2008.



Na fase após aprovação do projeto há ainda a possibilidade de o JA se candidatar ao Pedido Único (PU), na qual existe uma Reserva Nacional (RN) com direitos em área (hectares) ou a CN (animais), em altura específica, segundo a legislação aplicada atualmente<sup>23</sup>.

### **3.2 - Planos de exploração, investimento e financiamento**

O presente caso de estudo enquadra-se no IV QCA para o período de referência de 2007-2013, mais concretamente na medida 1.1.3 do Eixo 1 do PRODER. Desde o início da sua aplicação, esta medida sofreu algumas alterações, respeitando este projeto as regras em vigor desde 1 de Junho de 2011.

O caso de estudo centra-se num projeto de JA que visa a produção, secagem e envasamento de PAMC em MPB.

A exploração em causa possui duas parcelas, situando-se a principal, denominada por parcela “A”, na Lagoa do Torrão, freguesia de Arazede do concelho de Montemor-o-Velho e a secundária, a parcela “B”, no Avenal, freguesia de Anobra, concelho de Condeixa-a-Nova. A parcela “A” será destinada à produção ao ar livre de PAM plurianuais e anuais e albergará uma estrutura de apoio e uma estufa. A parcela “B” será destinada à produção de folha de oliveira para infusão e secundariamente azeitonas para azeite. A descrição detalhada de cada uma das parcelas, bem como da sua utilização ao longo da fase de funcionamento do projeto, é apresentada de seguida.

#### **3.2.1 - Plano de exploração**

##### **➔ Características gerais do tipo de produção**

A parcela “A” (figura 1) será ocupada com produção ao ar livre, numa área total de 3,4 hectares, e em estufa, numa área de 510m<sup>2</sup> e por uma estrutura de apoio que será descrita mais adiante.

Na parcela “B” (figura 3) haverá a produção de folha de oliveira para infusão. Para tal, serão plantadas 266 oliveiras da variedade “Galega”, num compasso de 6 m x 6 m, que reforçarão o olival já existente, composto por 84 oliveiras com cerca de 30 anos, perfazendo um total de 350 oliveiras, implantadas em 1,28 hectares.

---

<sup>23</sup> Portaria n.º 68/2010 e Portaria n.º 62/2012.

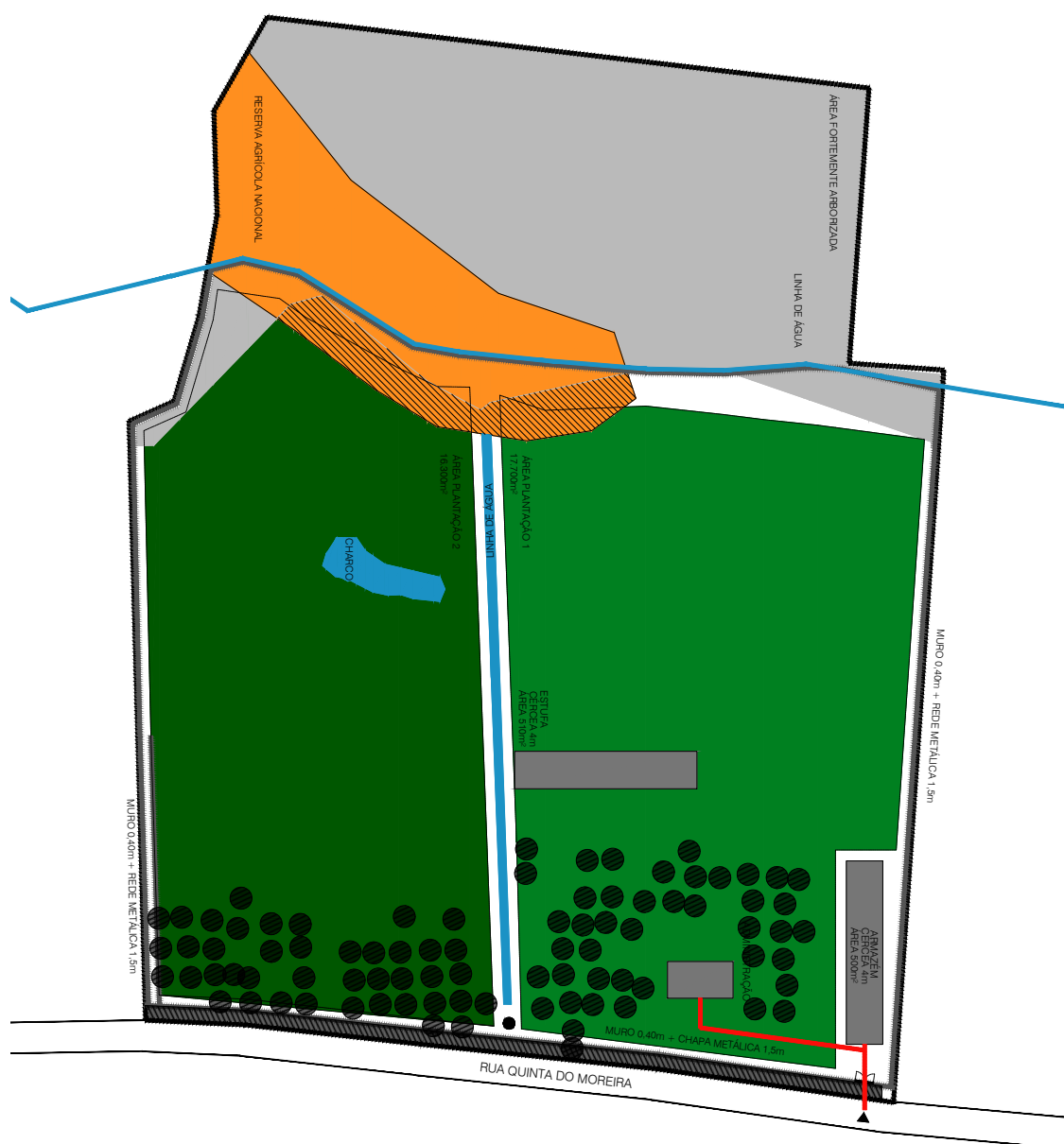
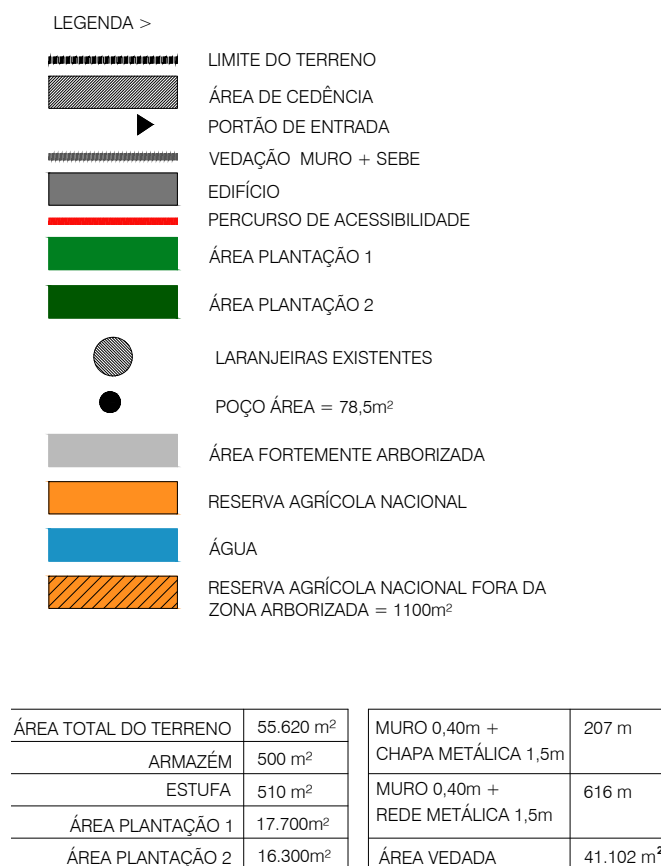
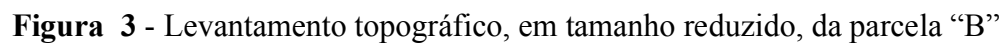
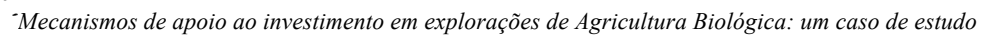


Figura 1 - Esquema, em tamanho reduzido, da parcela “A”



**Figura 2** - Legenda da figura 1

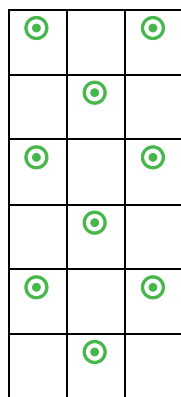






Em seguida, descrevem-se detalhadamente as duas parcelas da exploração, a “A” e a “B”, sendo que a parcela “A” se divide em duas sub-parcelas. A primeira terá 2 hectares e destinar-se-á à produção de plantas plurianuais (quadro 7) e a segunda terá 1,4 hectares e destinar-se-á à produção de plantas plurianuais e anuais.

As produções ao ar-livre serão feitas segundo o esquema de “pé-de-galo”, também designado por quincôncio, com uma densidade de 9 plantas/m<sup>2</sup> num compasso de 30 cm nas entre linhas e nas entre plantas, como se mostra no esquema da figura 4. Esta é uma prática comum a vários produtores de PAM consultados, porque permite uma rápida execução de plantação e um melhor aproveitamento do terreno, facilitando as operações culturais necessárias. Apresenta ainda a vantagem de permitir o alinhamento das plantas em todos os sentidos, qualquer que seja a localização do observador.



**Figura 4** - Esquema “pé-de-galo”

#### ➡ **Produção ao ar livre:**

A superfície destinada à produção ao ar livre de plantas plurianuais, na sub-parcela de 2 hectares será revestida com tela permeável e beneficiada com um sistema de rega gota-a-gota. Serão produzidas quatro variedades (quadro 7), destinadas a indústrias farmacêuticas nacionais e europeias.



**Quadro 7** - Plantas plurianuais a produzir na sub-parcela de 2 hectares

Nome comum	Nome científico	Área (m <sup>2</sup> )	N.º de plantas
Hortelã-vulgar	<i>Mentha spicata</i>	5000	33750
Hortelã-pimenta	<i>Mentha x piperita</i>	5000	33750
Tomilho-vulgar	<i>Thymus vulgaris</i>	5000	33750
Estragão-francês	<i>Artemisia dracunculus</i>	5000	33750

Para o cálculo do número de plantas, partiu-se do pressuposto que se utilizariam camalhões com uma densidade de 9 plantas/m<sup>2</sup>, em média, com 3 linhas de plantas e com uma distância entre plantas e de entre linhas de 30 cm. Usou-se um factor de 0,75 para descontar os caminhos. Deste modo, para cada área de 5000 m<sup>2</sup> de plantação, resultou o seguinte cálculo:

N.º Base de Plantas → 5000m<sup>2</sup> x 9 plantas = 45000 plantas;

N.º Total de Plantas → 4500 plantas x 0,75 = 33750 plantas.

Na sub-parcela de 1,4 hectares serão produzidas plantas anuais e plurianuais (quadro 8), com sistema de rega amovível, por aspersão, dando em média 1000 m<sup>2</sup> para cada cultura.



**Quadro 8 - Plantas anuais e plurianuais a produzir na sub-parcela de 1,4 hectares**

Nome Vulgar	Nome Científico	Área (m <sup>2</sup> )	N.º Plantas
Hiperião do gerês	<i>Hypericum androseum</i>	1 000	6750
Erva príncipe	<i>Cymbopogon citratus</i>	1 000	6750
Rosmaninho	<i>Lavandula stoechas</i>	1 000	6750
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i>	1 000	6750
Salva	<i>Salvia officinalis</i>	1 000	6750
Óregão vulgar	<i>Origanum vulgare</i>	1 000	6750
Alfazema dentada	<i>Lavandula lanata</i>	1 000	6750
Equinácea	<i>Echinacea purpurea</i>	1 000	6750
Segurelha das montanhas	<i>Satureja montana</i>	1 000	6750
Tomilho limão	<i>Thymus citriodorus</i>	1 000	6750
Tanaceto	<i>Tanacetum vulgare</i>	1 000	6750
Lúcia-lima	<i>Alloysia triphilla</i>	1 000	6750
Poejo	<i>Mentha pulegium</i>	1 000	6750
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>	1 000	6750

Partindo dos mesmos pressupostos nesta sub-parcela, para cada área de 1000 m<sup>2</sup> realizou-se o seguinte cálculo:

N.º Base de Plantas ➔ 1000 m<sup>2</sup> x 9 plantas = 9000 plantas;

N.º Total de Plantas ➔ 9000 plantas x 0,75 = 6750 plantas.

As plantações ao ar-livre perfazem um total de 3,4 hectares e alojam um total de 229500 plantas, em média.

### ➤ Produção em Estufa

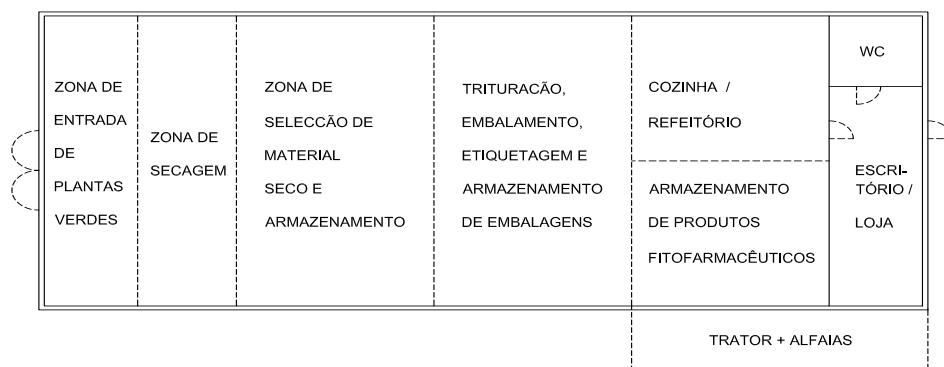
A produção em estufa será destinada à macro propagação de plantas em alvéolos, a fim de evitar a sua aquisição, através da recolha de material vegetal dos pés-mãe das culturas ao ar livre. Também será feita propagação através de sementes provenientes das plantações ao ar



livre e externas à exploração. Será ainda realizado o envasamento de plantas para a sua posterior comercialização. O sistema de rega utilizado será de gota-a-gota e por nebulização, garantindo a maior estabilidade de temperatura, humidade e insolação.

### ➔ Estrutura de apoio

Quanto à estrutura de apoio, haverá nove áreas distintas, descritas no seguinte esquema (figura 5):



**Figura 5** - Esquema das zonas da estrutura de apoio

Atualmente, a planta de implantação da estrutura de apoio e da estufa, bem como dos talhões das plantações ao ar livre, sofreram alterações (anexo I).

### 3.2.2 - Plano de investimento

Para o programa em causa existem investimentos elegíveis, os quais estão descritos em legislação específica<sup>24</sup>.

Os investimentos elegíveis previstos para este projeto estão divididos em dez rubricas distintas, apresentadas em seguida (quadros 9 a 24):

<sup>24</sup> Anexo II da Portaria n.º 289-A/2008, alterada pela Portaria n.º 1229-C/2008, pela Declaração de Rectificação n.º 77/2008, pela Portaria n.º 1553/2008, pela Portaria n.º 165-A/2009, pela Portaria n.º 666/2009 e Portaria n.º 814/2010.



## **I. Melhoramentos fundiários — Preparação do terreno**

**Quadro 9** - Melhoramentos fundiários — Preparação do terreno

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Sistematização de terreno, incluindo limpeza de valas e desmatção, em 3,65 hectares	2200	2011-10

## **II. Melhoramentos fundiários — Plantações**

**Quadro 10** - Melhoramentos fundiários — Plantações

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Plantação de plantas aromáticas, condimentares e medicinais, numa densidade de 6,75 plantas/m <sup>2</sup> , numa área de 2 hectares	62362,50	2012-02
Plantação de olival para colheita de folhas para infusão e, secundariamente, produção de azeitonas, num compasso de 7 m x 5 m, numa área de 1,28 hectares	3027,50	2012-02
Sebe viva, a contornar toda a parcela “A”, em cerca de 820 m, constituída por 137 plantas (com um espaçamento médio de 6 m)	1111,50	2012-02



### III. Melhoramentos fundiários — Outros melhoramentos

**Quadro 11** - Melhoramentos fundiários — Outros melhoramentos

Designação	Investimento (unidade em euro)	Data Aquisição
Vedação da parcela “A”, em cerca de 823 m, com um muro de betão e revestimento em alvenaria com altura de 0,4 m, chapa metálica com 1,5 m de altura em 210 m de comprimento, e rede metálica com 1,5 m em 613 m. Este investimento é indispensável para proteção das culturas e dos equipamentos contra furto, vandalismo e animais silvestres	48000,00	2012-02
Recuperação de poço em pedra existente, com cerca de 5 m de diâmetro e 6 m de profundidade, e sua transformação em depósito de água, com um volume de 471 m <sup>3</sup> . Terá uma cobertura de uma rede metálica fixa, por razões de segurança	3000,00	2012-12

### IV. Captações de águas subterrâneas

**Quadro 12** - Captações de águas subterrâneas

Designação	Investimento (unidade em euro)	Data Aquisição
Furo artesiano a 200 m, para regar uma área de 3,4 hectares	8000,00	2011-11
Grupo electrobomba submersível de 7,5 CV e acessórios para furo	2425,00	2011-11



## V. Estufas ou outras estruturas

**Quadro 13** - Estufas ou outras estruturas

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Estufa em 510 m <sup>2</sup> , com 3,0 m de altura, estrutura metálica galvanizada e cobertura em plástico térmico de 200 micron, automatização da abertura superior, com sensores de temperatura, humidade e vento e écran térmico	19170,00	2011-11
Estrutura de apoio amovível com 500 m <sup>2</sup> e 4,2 m de altura, tipo “estufa”, com estrutura metálica, cobertura em painel sanduíche de 30 mm, fachada e paredes laterais em painel sanduíche de 40 mm. Destina-se a dar apoio à exploração, para preparação dos produtos para expedição, armazenamento de factores de produção e resguardo de máquinas e equipamentos	56950,00	2011-12





## VI. Outras máquinas e equipamentos

### ➔ Rega — Estufa

**Quadro 14 - Rega — Estufa**

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Sistema de rega gota-a-gota para a estufa (561 tubos de 4 litros/hora tubagens e acessórios)	1130,00	2012-03
Sistema de rega por nebulização para a estufa (113 mini-aspersores de 100 litros/hora, tubagens e acessórios)	1220,00	2012-03
Programador de rega para a estufa (com 2 electroválvulas, cabos e acessórios)	1930,00	2012-03
Estação de bombagem (electrobomba de 4 CV), filtragem (cabeçal de 50 m <sup>3</sup> ), bomba injectora (245 litros/hora, depósito de 300 L e acessórios)	4725,00	2012-03
Rede de tubagem principal e distribuidora (80 m)	1185,00	2012-03



➤ **Rega - 2 hectares**

**Quadro 15 - Rega — 2 hectares**

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Sistema de bombagem com electrobomba (caudal de 150 m <sup>3</sup> /hora), balão hidropressor, 60 cabos eléctricos, 60 tubos e acessórios	1932,88	2012-03
Sistema de filtragem, com 2 filtros de areia de 2 polegadas, filtro de discos e acessórios	2056,25	2012-03
Conduto principal de 300 m, 2 polegadas e 6 BAR, acessórios, abertura e tapamento de valas de 0,8 m de profundidade	3765,97	2012-03
Sistema de rega gota-a-gota, com 28.571 m de tubo gotejador de 16 mm, caudal de 2,1 litros/hora, tubagens e acessórios	14987,21	2012-03
Sistema de automatização, com 20 electroválvulas, programador de 24 estações e acessórios	4708,00	2012-03



➡ **Rega — Área de 1,4 hectares**

**Quadro 16 - Rega — Área de 1,4 hectares**

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Sistema de bombagem com electrobomba (caudal de 150 m <sup>3</sup> /hora), balão hidropressor, 40 cabos eléctricos, 10 tubos e acessórios	1768,35	2012-03
Sistema de filtragem, com filtro de discos e acessórios	378,75	2012-03
Conduta principal de 400 m, 2 polegadas e 6 BAR, sistema de rega por aspersão (88 aspersores metálicos), acessórios, abertura e tapamento de valas de 0,8 m de profundidade	9251,00	2012-03
Sistema de automatização, com 10 electroválvulas, programador de 10 estações e acessórios	1530,00	2012-03



➤ **Materiais diversos:**

**Quadro 17 - Materiais diversos**

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Tela base para chão para área de 2 hectare da plantação de plantas aromáticas, condimentares e medicinais. A área é de 22.050 m <sup>2</sup> , com um acréscimo de cerca de 10%, para atender à zonas de sobreposição e de enterramento nas extremas	7130,97	2012-02
Sistema de fertirrigação com depósito de 500 L, bomba doseadora de 285 litros/hora, quadro de comando e proteção e acessórios	1629,60	2012-03
Bancada de enraizamento, em alumínio, com 6,4 m <sup>2</sup> , a instalar na estufa para o enraizamento de plantas vivazes (destinadas à zona de culturas diversas), evitando a necessidade da sua aquisição	4570,00	2012-01
Balança com alcance máximo de 3 kg, para pesagem de produtos já secos, para venda em pequena quantidade a retalhistas	451,25	2012-04
Balança com alcance máximo de 300 kg, para pesagem de produtos já secos, para venda em grande quantidade a grossistas	665,00	2012-04
Máquina de fechar sacos grandes (ráfia, polipropeno, etc.), por costura com fio de algodão	496,30	2012-04



<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Máquina de soldar sacos de plástico, para fechar sacos pequenos	1097,40	2012-04
Bancada de trabalho, em aço galvanizado, com 4,5 m <sup>2</sup> , a instalar na estrutura de apoio, para a preparação dos produtos de expedição	500,00	2012-04
40 Contentores-paleta (1,2 x 1 x 1 m, com tampa), vida útil prevista de 10 anos, para recolha e armazenamento de grandes quantidades de produto	8446,00	2012-04
192 Caixas reversíveis (60 x 40 x 32 m), vida útil prevista de 8 anos, para apanha de produto verde e transporte para o secador	1914,24	2012-04
200 Gavetões, vida útil prevista de 8 anos, para armazenamento de pequenas quantidades de produto	3300,00	2012-04
Câmara de secagem, específica para plantas aromáticas, condimentares e medicinais, com 5 x 4 x 2,4 m, volume de 28,8 m <sup>3</sup> , construída em painel sanduíche de 40 mm (chapas em aço carbono e isolamento poliuretano), porta, sistemas de produção e distribuição de ar quente, ventilador, bateria de aquecimento, chaminés, quadro eléctrico com consola de programação e extractor de ar húmido. O ciclo de secagem é comandado com parametrização da temperatura da câmara e da velocidade de ventilação	17775,00	2012-04



➡ **Parque de máquinas:**

**Quadro 18 - Parque de máquinas**

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Máquina manual para colheita de plantas aromáticas e medicinais, acionada por dois operadores	672,06	2012-01
Trator de 44 CV de potência nominal bem adaptado ao tipo de solos, à potência necessária para o correto funcionamento das unidades operadoras a adquirir e à dimensão da exploração	20272,50	2012-01
Charrua 1F 12 polegadas	1430,55	2012-01
Derregador articulado com 4 aivequilhos	275,50	2012-01
Caixa de carga com 1,4 m	356,25	2012-01
Motoenxada com 5,5 CV	1377,50	2012-01
Roçadora de 2,1 CV	302,76	2012-01
Motoserra de 2,2 CV	237,31	2012-01
Grade de discos 14-20, com largura de trabalho de 1,60 m	2108,85	2012-01
Escarificador de 5 dentes	638,35	2012-01
Reboque de 3.000 kg de PB, para transporte de produtos e factores de produção	3208,50	2012-01
Pulverizador de 300 litros, equipado com barra de tratamento de 6 m e acessórios, para tratamentos fitossanitários com produtos permitidos na AB	1979,00	2012-01



➤ **Informática:**

**Quadro 19 - Informática**

Designação	Investimento (unidade em euro)	Data Aquisição
Computador de secretária, 6 GB de RAM, disco de 1 TB, Windows 7 64 bits, software <i>Office Home e Business</i> (folha de cálculo, processador de texto, apresentações e agenda) e antivírus, com monitor, teclado, rato. Inclui também impressora multifunções laser monocromática, para imprimir, digitalizar, copiar e fax	1233,90	2012-01

➤ **Monitorização de água:**

**Quadro 20 - Monitorização de água**

Designação	Investimento (unidade em euro)	Data Aquisição
Contador de água de rega, para monitorização da quantidade de água a utilizar na exploração. Este investimento ambiental vai permitir otimizar a utilização eficiente do recurso água	425,00	2012-03



## VII. Certificação — imateriais:

**Quadro 21** - Certificação — imateriais

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Certificação em AB para 5 anos pela entidade escolhida, Ecocert®	1036,90	2012-01

## VIII. Software — imateriais:

**Quadro 22** - Software — imateriais

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Construção de sítio corporativo na internet, para divulgação da empresa e dos seus produtos	1024,75	2012-01

## IX. Aquisição de patentes, licenças:

**Quadro 23** - Aquisição de patentes e licenças

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euro)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Registo no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) da marca nacional com 3 classes de produto	162,24	2012-01





**X. Estudos e trabalhos de consultadoria:**

**Quadro 24 - Estudos e trabalhos de consultadoria**

<b>Designação</b>	<b>Investimento (unidade em euros)</b>	<b>Data Aquisição</b>
Elaboração de projeto de média a elevada complexidade, com estudos anexos e posterior acompanhamento	4800,00	2012-01

O quadro 25 apresenta de forma resumida o plano de investimento atrás descrito.

**Quadro 25– Plano de investimento (unidade em euro)**

<b>Rúbricas</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
<b>Melhoramentos fundiários</b>			119701,50
— Plantações		66501,50	
— Preparação do terreno	2200,00		
— Outros		51000,00	
<b>Captação de águas subterrâneas/ infraestruturas</b>	8000,00		8000,00
<b>Outras máquinas e equipamentos de regadio</b>	2425,00	52198,11	54623,11
<b>Outras máquinas e equipamentos</b>		80864,29	80864,29
<b>Estufas — Edifícios</b>	76120,00		76120,00
<b>Investimentos imateriais</b>		7023,89	7023,89
<b>Total</b>	88745,00	257587,79	346332,79



### 3.2.3 - Plano de financiamento

O financiamento do projeto em análise será assegurado, em partes iguais, pelo incentivo não reembolsável e por capitais próprios, provenientes de poupanças pessoais e familiares e pelo prémio de primeira instalação. O plano de financiamento elaborado para dois anos, 2011 e 2012, é apresentado no quadro 26.

**Quadro 26** - Estrutura de Financiamento (unidade em euro)

Rúbricas	2011	2012	Total	%
<b>Capitais próprios</b>	45872,50	127293,89	173166,39	50,00
<b>Capitais Alheios</b>				
— Dívidas a Instituições de Crédito				
— Outros				
<b>Incentivo Não Reembolsável (INR)</b>	45872,50	127293,90	173166,40	50,00
<b>Financiamento Total</b>	91745,00	254587,79	346332,79	100,00
<b>Investimento Total</b>	91745,00	254587,79	346332,79	

### 3.3 - Critérios de rentabilidade do projeto: VLA e TIR

Segundo Avillez *et al.* (1988), a análise de rentabilidade empresarial dos projetos de investimento com um período de maturação relativamente longo baseia-se em critérios que levam em consideração o factor tempo. Neste caso de estudo usaram-se fundamentalmente dois critérios: o Valor Líquido Atualizado (VLA) e a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR).

O VLA de um investimento é a diferença entre os valores dos benefícios e dos custos previsionais que o caracterizam, depois de atualizados a uma taxa de atualização convenientemente escolhida. Trata-se de uma medida absoluta de rentabilidade que traduz, numa perspectiva de momento presente, o montante residual dos benefícios líquidos gerados durante o período de vida útil do investimento depois de lhe ser deduzida a remuneração do conjunto dos capitais nele envolvidos a uma taxa de juro igual à de atualização empregada nos cálculos.



No procedimento do cálculo admite-se coincidir o momento atual com a data de vencimento da primeira parcela do custo de investimento, a qual não é, por isso, sujeita a atualização. Trata-se de um aspecto convencional corrente, embora não universalmente seguido, como por exemplo no Banco Mundial, onde se considera habitualmente iniciar-se o pagamento do custo do investimento no fim do primeiro ano. Assim, o VLA pode ser dado pela expressão:

$$VLA = \sum_{t=0}^n \left[ B_t - (I_t + C_t) \right] (1 + i)^{-t}$$

sendo,

t = ano

n = período de vida útil do projeto

i = taxa de atualização do capital

Deste modo, existem duas hipóteses conclusivas:

se  $VLA \geq 0 \rightarrow$  Projeto rentável

se  $VLA < 0 \rightarrow$  Projeto não rentável

O segundo critério usado, a TIR, é por definição a taxa de atualização para a qual se anula o respectivo VLA. Deste modo, vem:

$$\sum_{t=0}^n [B_t - (I_t + C_t)] (1 + TIR)^{-t} = 0$$

A TIR só existirá se pelo menos um dos elementos do fluxo de benefícios incrementais anuais que concretiza o investimento for negativo. Por outro lado, aquela será geralmente a única solução da equação que exprime a anulação do VLA, embora se possa admitir a possibilidade de ocorrência de situações onde se verifique a existência de mais de uma solução. Estas teriam eventualmente lugar quando depois de alguns anos de benefícios incrementais ou *cash-flow* positivos tivessem lugar custos de investimento, geralmente respeitantes à substituição de equipamentos, extremamente elevados. A prática da avaliação de investimentos agrícolas, no entanto, tem mostrado que correspondentes fluxos de benefícios e custos anuais são de natureza a garantir a existência de uma taxa única de atualização susceptível de anular o VLA. A esta taxa são, portanto, iguais os valores de custo



atualizados e dos benefícios atualizados, daqui resultando tornar-se igual à unidade a respectiva relação benefício-custo.

Deste modo, a TIR de um investimento mede a taxa de juro anual efetivamente proporcionada durante o seu período de vida útil pelo conjunto de capitais nele aplicados, isto é, o rendimento anual produzido durante o período de vida útil do investimento, depois de recuperados os respectivos custos (de investimento e de exploração) por unidade de capital nele aplicado. Trata-se pois, de uma medida de rentabilidade relativa e como tal largamente utilizada também como critério de comparação de investimentos.

### **3.4 - Formulário de candidatura ao PRODER**

Para a formalização da candidatura de Jovens Agricultores é disponibilizado um software específico na plataforma do site do PRODER onde se preenche todos os dados necessários e se procede à sua submissão (MADRP, 2011).

O preenchimento dos dados das tabelas da estrutura de financiamento (página 12 do formulário) e da rentabilidade da operação (página 14 à 16) foram previamente calculados pela empresa de elaboração de projetos, através do programa WinPRODER-C1 (versão 1.5).

O formulário apresenta-se em seguida devidamente preenchido no anexo IV.



#### **4. RESULTADOS**

Neste estudo de caso, usou-se o apoio de um software específico para a elaboração de projetos, WinPRODER-C1 (versão 1.5), através do qual se calculou o VLA e a TIR, cujos resultados obtidos foram de 320 917,22 euros e de 10,4107% respectivamente, como se pode verificar seguidamente, no quadro 27.

O VLA foi superior a zero, significando que o projeto possui rentabilidade. Quanto à TIR obtida, foi superior à taxa de refinanciamento do Banco Central Europeu (BCE), de 1,25% à data da execução do projeto (quadro 27), e do que o custo de oportunidade de capital, o que reforça a ideia de rentabilidade do projeto.

O software utilizado permitiu também calcular a Valia do Plano Empresarial (VPE)<sup>25</sup>, que corresponde ao somatório da localização (L) da exploração, neste caso foi de zero, da valia ambiental (VA) neste caso foi de 20, e do nível de qualificação, de 20, dando um total de 40 valores.

---

<sup>25</sup> De acordo com o aviso de concurso n.º 10/2011 (MADRP, 2012).



## Quadro 27 - Cálculo do VLA e da TIR

INDICADORES													
<a href="#">Menu Principal</a>													
Valor Actualizado Líquido (VALInv)													
<div>Taxa de Refinanciamento do BCE (REFI) 1,25%</div> <div>Taxa de Imposto sobre o Rendimento</div>													
Rúbricas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Valor Residual													114.323,65
PROVEITOS DA OPERAÇÃO			48.136,50	99.460,00	99.460,00	99.460,00	100.420,00	101.188,00	102.340,00	102.340,00	102.340,00	102.340,00	102.340,00
Amortizações		4.707,37	26.062,20	26.062,20	26.062,20	26.062,20	26.062,20	24.410,64	24.410,64	24.410,64	24.410,64	24.410,64	24.410,64
CUSTOS DA OPERAÇÃO		6.590,77	63.713,09	63.713,09	63.713,09	63.713,09	65.561,09	64.469,54	65.309,54	65.309,54	65.309,54	65.309,54	65.309,54
RENDIMENTO DA OPERAÇÃO		-1.883,40	10.485,60	61.809,10	61.809,10	61.809,10	60.921,10	61.129,10	61.441,10	61.441,10	61.441,10	61.441,10	175.764,75
CASH-FLOW Incremental	-346.332,79	-1.883,40	10.485,60	61.809,10	61.809,10	61.809,10	60.921,10	61.129,10	61.441,10	61.441,10	61.441,10	61.441,10	175.764,75
VALOR ACTUALIZADO LÍQUIDO (VALInv)	320.917,22	Projecto viável (VALInv > 0)											
TAXA INTERNA DE RENTABILIDADE (TIR)	10,4107%	Projecto viável (TIR> REFI)											
PERÍODO DE RECUPERAÇÃO DO INVESTIMENTO (anos)	8												



O pedido de apoio foi submetido no dia 5 de Agosto de 2011, ao qual foi atribuído o número 28398. A sua aprovação efetivou-se no dia 30 de Novembro de 2011.

No documento de decisão, no que se referia à VPE o resultado obtido na pontuação foi de zero quanto à localização, de zero na valia ambiental e de 20 no nível de qualificação, resultando o total de 20 valores. Deste modo, o pedido de apoio obteve o 29.º lugar na hierarquização dos pedidos de apoio tendo, contudo, sido cortados alguns dos investimentos propostos, nomeadamente:

- ⊗ Sebe viva, a contornar toda a parcela “A”, em cerca de 820 m, constituída por 137 plantas (com um espaçamento médio de 6 m);
- ⊗ Vedação da parcela “A”, em cerca de 823 m, com um muro de betão e revestimento em alvenaria com altura de 0,4 m, chapa metálica com 1,5 m de altura em 210 m de comprimento, e rede metálica com 1,5 m em 613 m. Este investimento é indispensável para proteção das culturas e dos equipamentos contra furto, vandalismo e animais silvestres;
- ⊗ Charrua 1F 12 polegadas;
- ⊗ Certificação em AB para 5 anos pela entidade escolhida, Ecocert® (foi apenas aceite para 1 ano).

Seguidamente, aguardou-se pela disponibilização do contrato no site do IFAP e procedeu-se à assinatura deste, tendo sido realizada por ambas as partes no dia 16 de Janeiro de 2012. Em seguida procedeu-se ao pedido de pagamento do prémio de primeira instalação, de 30000 €, o qual foi transferido para a conta do projeto no dia 27 de Fevereiro de 2012.

Após a data de contratação tem-se seis meses para a apresentação do primeiro pedido de pagamento e dois anos para se realizar todos os investimentos indicados na candidatura.

No momento presente, o projeto encontra-se na fase de execução, tendo sido já realizados os seguintes investimentos elegíveis:

- ✓ Contratação por um ano com a certificadora, Ecocert®;
- ✓ Pagamento da elaboração do projeto;
- ✓ Proposta gráfica da empresa (anexo VI);
- ✓ Registo da marca, INPI;
- ✓ Projeto de arquitetura (anexo VII);



- ✓ Aquisição de tabuleiros de propagação e de placas de moldar e de desmoldar para plantas aromáticas, medicinais e condimentares;
- ✓ Aquisição de cerca de 1000 plântulas;
- ✓ Computador e software;
- ✓ Limpeza de valas e do terreno;
- ✓ Furo.

Relativamente aos investimentos não elegíveis adquiriu-se:

- ✓ Veículo comercial usado + seguro;
- ✓ Levantamento topográfico das duas parcelas;
- ✓ Murete e baixada elétrica agrícola;
- ✓ Pagamento ao contabilista;
- ✓ Ferramentas agrícolas;
- ✓ Execução de um charco de cerca de 30 m<sup>2</sup>.

As alterações previstas nos investimentos constam no quadro 28 do anexo V.





## 5. DISCUSSÃO/CONCLUSÃO

O relatório de estágio desenvolvido permitiu aprofundar melhor os conhecimentos na área da legislação da PAC e de desenvolver uma maior tenacidade em todo o processo de candidatura ao pedido de apoio de jovens agricultores do PRODER. Este pedido de apoio apresenta uma oportunidade para os jovens que queiram e possuam as condições exigidas para criar o seu próprio emprego e inclusive criar mais postos de trabalho. Não obstante a conjuntura económica que o país atravessa, o sector agrícola pode ser uma mais valia devido às inúmeras condições favoráveis para uma produção de excelência e de este tipo de sector ser imprescindível para diminuir a dependência de importação alimentar do país. No entanto, apesar de a AB ser considerada uma fileira estratégica no PRODER, isso não se traduz em qualquer benefício para estes projetos, nem termos de majoração no apoio ao investimento, nem em qualquer diferenciação no processo de análise e aprovação. A produção em modo biológico deveria ser um fator a ter em conta na hierarquia de aprovação dos pedidos de apoio como uma mais valia ambiental e produtiva, uma vez que este tipo de produção fomenta a biodiversidade e preserva o meio ambiente.

Um outro aspeto a ressaltar é o fato de a elaboração e submissão da candidatura de jovens agricultores se ter revelado um processo complexo que envolveu a recolha de muita informação, necessária à demonstração da viabilidade deste, e o contato com diferentes instituições para a obtenção de licenças e pareceres diversos. Durante a execução do projeto sentiu-se alguma dificuldade no cumprimento de toda a burocracia exigida porque a legislação é dispersa e está em constante mutação. O processo poderia ser agilizado com o auxílio de uma *checklist* standard apropriada a cada sub-setor e tipo de investimento, na qual constassem as instituições responsáveis pela emissão de cada um dos documentos obrigatórios. Uma medida deste tipo aumentaria a eficácia e a eficiência na submissão dos projetos. Toma-se como exemplo, vivido no caso presente, a perda de tempo resultante de se ter começado por fazer o pedido de autorização para as construções da estrutura de apoio amovível e da estufa na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, quando a entidade competente para emitir tal autorização é a CCDRC. Deste modo, atrasou-se todo o processo de elaboração do projeto e suportaram-se despesas desnecessárias. Um outro exemplo é o licenciamento da estrutura de apoio amovível que inicialmente não era necessário mas atualmente é exigido. Como resultado, o seu custo não foi contemplado no projeto, o que implica a existência de um investimento que poderia ser cofinanciado e deste modo não o irá ser.



Penso que teria sido importante haver um maior acompanhamento quer documental quer técnico, por parte da empresa consultora de elaboração de projetos a fim de se evitar determinados contratempos.

Após a aprovação da candidatura iniciaram-se todos os trâmites normais conducentes à sua execução. Para começar, verificou-se que o plano de financiamento não era realista quanto à inexistência de recurso a capitais alheios. Nesse sentido, consultaram-se diferentes entidades bancárias com o intuito de se solicitar um empréstimo para a execução de parte dos investimentos previstos no projeto. A resposta foi sistematicamente negativa, pelo que foi necessário equacionar outras fontes de financiamento, bem como repensar e reanalisar toda a calendarização de execução do projeto e, nalguns casos, a supressão de alguns investimentos. A solução possível foi o reforço de capitais próprios, através da venda de património pessoal, para manter alguma integridade e coerência no projeto. Contudo, isto não foi suficiente para manter a totalidade dos investimentos previstos. Deste modo, a estratégia que se decidiu aplicar foi a especialização da produção em embalamento de infusões e de condimentares e a atuação unicamente no mercado local e nacional, deixando de parte, para já, a exportação devido aos elevados custos que acarreta. A montante terá que se proceder a um pedido de alteração ao projeto.

No que diz respeito a recomendações futuras aos jovens agricultores que se pretendam candidatar a um pedido de apoio em modo de produção biológico sugere-se que elaborem uma pesquisa detalhada na área que pretendem desenvolver e que procurem estabelecer contatos com o número máximo de produtores com atividade próxima da que desejam desenvolver, podendo mesmo trabalhar numa dessas empresas por um curto período de tempo, afim de se aperceberem se é realmente essa a área com que se identificam, e entender todo o sistema de produção, bem como a sua envolvente. Propõe-se ainda que pesquisem os possíveis canais de escoamento fazendo uma análise de mercado empírica e realista e, ainda, que façam planos de investimento e de financiamento com o máximo de aderência à realidade.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJAP, 2007, *Que futuro para os Jovens na Agricultura Portuguesa*, Lisboa, Associação dos Jovens Agricultores de Portugal.

Alemano, Alberto, 2009, The European Reform of Organic Farming, *European Consumer Law Journal*, Vol. 1., 407-425.

Alves, L., 2008, Cultivo e Comercialização das PAM em MPB no Cantinho das Aromáticas, *O Segredo da Terra*, n.º 23, 3-17, 2008.

Avillez, F., da Silva, F., Trindade, c., Avillez, F., Salema, J., Pereira, N., 2006, *Análise de Investimentos — Manual Técnico*, FZ AGRO.GESTÃO, Consultoria em Meio Rural, Lda.

Comissão Europeia, 2003, *Desenvolvimento Rural 2000-2006 — Acompanhamento e avaliação*. [Consult. 10 Abr. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://ec.europa.eu/agriculture/rur/eval/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/rur/eval/index_pt.htm)>

Comissão Europeia, 2007, *Desenvolvimento Rural 2000-2006: Apoio ao desenvolvimento no quadro FEOGA*. [Consult. 16 Mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://europa.eu/legislation\\_summaries/agriculture/general\\_framework/l60026\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l60026_pt.htm)>

Comissão Europeia, 2008, “*Health Check*” of the Common Agricultural Policy. [Consult. 8 Mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://ec.europa.eu/agriculture/healthcheck/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/healthcheck/index_en.htm)>

Comissão Europeia, 2011, *Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)*. [Consult. 8 Mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://europa.eu/legislation\\_summaries/agriculture/general\\_framework/l60032\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l60032_pt.htm)>

Comissão Europeia, 2012a, *Legislação*. [Consult. 20 Abr. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://ec.europa.eu/agriculture/organic/eu-policy/legislation\\_pt](http://ec.europa.eu/agriculture/organic/eu-policy/legislation_pt)>

Comissão Europeia, 2012b, *Parecer n.º 1/2012 sobre determinadas propostas de regulamentos relativos à política agrícola comum no período de 2014-2020*. [Consult. 1 Mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://eca.europa.eu/portal/pls/portal/docs/1/13710777.PDF>>

Comissão Europeia, 2012c, *A Política Agrícola Comum explicada*. [Consult. 25 Mar. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://ec.europa.eu/agriculture/cap-history/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/cap-history/index_en.htm)>

Comissão Europeia, 2012d, *Possibilidades de financiamento ao abrigo da PAC*. [Consult. 6 Mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://ec.europa.eu/agriculture/grants/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/grants/index_pt.htm)>



Comissão Europeia, 2009, *Financiamento da política agrícola comum*. [Consult. 8 Mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://europa.eu/legislation\\_summaries/agriculture/general\\_framework/111096\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/111096_pt.htm)>

Comissão Europeia, 2012e, *Plano de Ação Europeu*. [Consult. 2 Mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://c.europa.eu/agriculture/organic/eu-policy/action-plan\\_pt](http://c.europa.eu/agriculture/organic/eu-policy/action-plan_pt)>

Cordovil, Francisco *et al.*, 2004, *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia – Factos e políticas, futuro e opções*, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Cascais, Principia.

Crisóstomo, Catarina, 2012, *Portugal: Country report*, Research Institute of Organic Agriculture. [Consult. 10 Abr. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.organic-europe.net/country-info-portugal-report.html?&L=0>>

DGDR, 2001, *Medidas Agro-ambientais Aplicáveis no Âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural – RURIS*, Lisboa, Direção Geral de Desenvolvimento Rural.

Ferreira, J, António Streh, A., Serrador, F., 2009, *As Bases da Agricultura Biológica — Tomo I – Produção Vegetal*, EDIBIO.

GPP, 2010, *Hierarquia da Legislação da Agricultura Biológica*, Gabinete de Planeamento e Políticas.

IEADR, 1994, *Medidas Agro-ambientais*, Lisboa, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural.

INGA, 2008 , *Medidas Agro-Ambientais*, Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola. [Consult. 27 de Mar. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.inga.min-agricultura.pt/ajudas/agroamb/ab/regras.html>>.

Kuipers, 1997, *Medicinal plants for forest conservation and healthcare, Non-wood forest products*,. In FAO, 2005, *Trade in Medicinal Plants*. Raw Materials, Tropical and Horticultural Products Service Commodities and Trade Division Economic and Social Department, FAO of the United Nations, Rome, 3-19.

Lopes, J. *et al.*, 2005, *A fileira das plantas aromáticas e medicinais em Portugal*. Actas Portuguesas de Horticultura, n.º 5, Vol. 1, 531-535.

MADRP, 2011, *Programa de Desenvolvimento Rural - Continente 2007-2013: PRODER*. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. [Consult. 5 Abr. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.proder.pt>>

MAMAOT, 2012, *Vinho Biológico*, Instituto da Vinha e do Vinho, I.P., Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. [Consult. 16 Mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.ivv.min-agricultura.pt/np4/4350.html>>







Mathwes, Allan, 2012, *A reforma da PAC em 2013: O que está em jogo para os PEDs?* In Pontes entre o comércio e o desenvolvimento sustentável. Abril/Maio 2011, Vol. 7, N.º 1, 13-14. [Consult. 1 Mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://ictsd.org/i/agriculture/104610>  
>

SOFTIMBRA, 2009, AgroInformática, Lda. [Consult. 20 Mai. 2012]. Disponível em WWW:  
[URL:http://www.softimbra.pt/](http://www.softimbra.pt/)>



## **ANEXOS**

# ANEXO I – Identificação do Beneficiário

 <b>Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território</b>	 <b>IFAP</b> Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	<b>IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO ALTERAÇÃO</b>	Pág. 1 de 4
 (7524031.SUB.24-0000)		 (CANIB2007.292293.6)	

<b>INFORMAÇÃO ESTRITAMENTE CONFIDENCIAL</b> <small>Destina-se a ser processado informaticamente para utilização exclusiva do IFAP no âmbito das suas atribuições, bem como por terceiros devidamente credenciados. A todo o tempo o seu titular, desde que devidamente identificado, poderá solicitar a sua disponibilização. O tratamento/manutenção da informação constante neste formulário é da responsabilidade do IFAP.</small>
--

<b>IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO</b>			
<b>Nome:</b> ALEXANDRA MELRO DE CAMPOS MOREIRA		<b>NIFAP:</b> 7524031	
<b>NIF/NIPC:</b> 233287175		<b>NIF/NIPC (herança indivisa):</b>	
<b>Nacionalidade:</b> PORTUGAL		<b>Sexo:</b> F	
<b>País Nacion. NIF:</b> PORTUGAL		<b>Data de Nascimento:</b> 1984-09-05	
<b>Est.Civil:</b> SOLTEIRO/A		<b>Sist.Seg.Social:</b>	
<b>Nat. Jur.:</b> PESSOA SINGULAR		<b>Vitalício:</b> N	
<b>Tipo de Contabilidade:</b> REGIME SIMPLIFICADO		<b>Data Validade do BI:</b> 2012-03-02	
		<b>Reg. Casamento:</b>	
		<b>Rep.Fin.:</b>	
		<b>Regime de IVA:</b> REGIME GERAL	

<b>DADOS DO CÔNJUGE</b>		
<b>País Nacion. NIF:</b> PORTUGAL	<b>NIF/NIPC:</b>	<b>NIFAP:</b>
<b>Nome:</b>		

<b>MORADA FISCAL</b>		
<b>País:</b> PORTUGAL		
<b>Morada:</b> RUA ADOLFO LOUREIRO 52 R/C ESQ.		
<b>Localidade:</b> COIMBRA	<b>Cód. Postal:</b> 3030 – 033	<b>COIMBRA</b>
<b>Distrito:</b> 06 - COIMBRA	<b>Concelho:</b> 03 - COIMBRA	<b>Freguesia:</b> 25 - COIMBRA (SE NOVA)
<b>NUT I:</b> CONTINENTE	<b>NUT II:</b> CENTRO	<b>NUT III:</b> BAIXO MONDEGO


<b>MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA</b>		
<b>Nome:</b>		
<b>Período de Contato:</b> De:	<b>País:</b> PORTUGAL	
<b>Morada:</b> RUA ADOLFO LOUREIRO 52 R/C ESQ.		
<b>Localidade:</b> COIMBRA	<b>Cód. Postal:</b> 3030 – 033	<b>COIMBRA</b>

<b>CONTACTOS</b>			
<b>Telefone:</b>	<b>Telemóvel:</b> 963198704	<b>Fax:</b>	<b>e-mail:</b> alexandramelro@gmail.com

<b>DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO ANEXOS (em fotocópia)</b>			
<input type="checkbox"/> Cartão NIF/NIPC (frente e verso na mesma página)	<input type="checkbox"/> Bilhete Identidade (frente e verso na mesma página)	<input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Doc. Bancário Comprovativo NIB	<input type="checkbox"/> Procuração Notarial	<input type="checkbox"/> Certidão Registo Comercial	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Declaração de Início de Atividade	<input type="checkbox"/> Certidão de Situação de IVA	<input type="checkbox"/> Ata da Assembleia	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Declaração de Não Dívida à Adm. Fiscal	<input type="checkbox"/> Declaração de Não Dívida à Segurança Social	<input type="checkbox"/> Outros Documentos	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Credencial do INSCOOP	<input type="checkbox"/> Data de Validade da Credencial INSCOOP:		
<input type="checkbox"/> Publ. no Diário da Rep. da Nomeação	<input type="checkbox"/> Data da Publ. no DR:	<b>Nº DR:</b>	<b>Nº Série DR:</b>

<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	
<b>Obs.:</b>	

<b>RESERVADO ÀS ENTIDADES</b>	
<b>Entidade :</b> 24-0000 - CNA	
<b>Conferi :</b> _____	

 <div>Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território</div>	 <div>IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.</div>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO</b> <b>ALTERAÇÃO</b>	Pág. 2 de 4
---	--	--	-------------



(7524031.SUB.24-0000)



(CANIB2007.292293.6)

**PESSOA COLETIVA**

**Registo**

Matriculada na Conservatória de Registo Comercial de : -

Na data de: Data de Emissão da CRC:

Código de Certidão Permanente:

Data de Subscrição:

Prazo: Ano(s)

Código da Atividade Económica (CAE): -

Data de Início da Atividade:

**Informações Adicionais:**

Capital Social Inicial:

Capital Social Atual:

Moeda: -

**Forma de Obrigar:**

**ADMINISTRADORES / GERENTES**

Identificação do(s) Gerente(s) / Administrador(es) que obrigam a Pessoa Coletiva junto do IFAP :

Nº de assinaturas:

**SÓCIOS**

Identificação do(s) Sócio(s):

**PROCURADOR(ES) / REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)**

Identificação do(s) Procurador(es) / Representante(s) Legal(is) que obrigam o Beneficiário junto do IFAP :

Nº de assinaturas:



## ANEXO II – Identificação da Exploração

 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas		 IFAP Instituto de Fomento da Agricultura e Pesca	 S I P I E . 2 9 0 6 1 1 . 1 . 7 5 2 4 0 3 1 . N	<b>iE</b>
<b>Caracterização da Exploração Agrícola</b>				Data de emissão: 29/06/2011 Nº de páginas: 3
<b>Identificação do beneficiário</b>				
Nome/Designação social: ALEXANDRA MELRO DE CAMPOS MOREIRA Nº beneficiário: 7524031 NIF: 233287175 Morada: RUA ADOLFO LOUREIRO 52 R/C ESQ. Localidade: COIMBRA Código Postal: 3030 - 033 COIMBRA				
<b>2. Sistema de Identificação Parcelar (P1)</b>				
<b>Exploração</b>				
Quadro 2.1. Identificação das unidades de produção (UP's)				√
Quadro 2.2. Compromissos associados à UP				
Quadro 2.3. Máquinas e Equipamentos associados à UP				
<b>Identificação de Parcelas</b>				
Quadro 2.4. Identificação das parcelas				√
Quadro 2.5. Parcelas eliminadas ou mortas				
Quadro 2.6. Árvores Georeferenciadas				√
Quadro 2.7. Condicionantes da Parcela				√
Quadro 2.8. Compromissos associados à parcela				
Quadro 2.9. Construções e melhoramentos fundiários				
<b>Identificação de Sub Parcelas</b>				
Quadro 2.10. Caracterização das sub parcelas				√
Quadro 2.11. Detalhe das áreas sociais				
Quadro 2.12. Plantações				√
<b>Utilizadores de Baldio</b>				
Quadro 2.13. Utilizadores de Baldio				
<b>Informação de relação com Slvv</b>				
Quadro 2.14. Informação de relação com Slvv				

Assinatura do Entrevistador:

*Alexandra Melro de Campos Moreira*

Assinatura do Beneficiário:

*Alexandra Melro de Campos Moreira*

Local:

Data:

Criado por:

PRICAB



 <b>Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas</b>	 <b>IFAP</b> Instituto de Investimentos da Agricultura e Pesca	 S I P I E . 2 9 0 6 1 1 . 1 . 7 5 2 4 0 3 1 . N	<b>iE</b>
<b>Caracterização da Exploração Agrícola</b>			Data de emissão: 29/06/2011 Nº de páginas: 3

<b>Identificação do beneficiário</b>	
Nº beneficiário: 7524031	NIF: 233287175

## 2. Sistema de Identificação Parcelar (P1)

### Exploração

2.1. Identificação das Unidades de Produção (UP's)							
Nº	Nome	Distrito	Concelho	Freguesia	Área (ha)	Nº Parcelas	Data última actualização
02	MELRO	06	10	10	8.66	6	2011-04-19

Nº total de UP's: 1

Área de exploração (ha): 8,66

### Identificação de Parcelas / Baldios

2.4 Identificação das parcelas											
N.º Seq	N.º Parcelário	Nome da Parcela	Secção / Finanças	Artigo	Área (ha)		Litígio área expl.	Forma de Exploração	IQFP	Acção	Data última actualização
					GIS	Expl.					
N.º UP: 02 0604 - CONDEIXA A NOVA 01 - ANOBRA											
1	1643539976038	FREIXOS / MOTAS	0736	915, 359	0,74	0,00		Proprietário	1	A	2011-06-29
2	1653530399022	RIBEIRAS	0736	2643	0,63	0,00		Proprietário	1	A	2011-06-29
3	1663523634019	Pinheira	0736	3016	0,44	0,00		Proprietário	1	A	2011-06-29
N.º UP: 02 0604 - CONDEIXA A NOVA 08 - SEBAL											
4	1683523715001	VALA	K	21	1,28	1,28		Proprietário	1	C	2011-05-06
N.º UP: 02 0610 - MONTEMOR-O-VELHO 02 - ARAZEDE											
5	1543640369001	QUINTA DO MOREIRA 2	0795	0129	1,92	1,92		Proprietário	1	O	2011-06-28
N.º UP: 02 0610 - MONTEMOR-O-VELHO 10 - SEIXO DE GATOES											
6	1533648260010	QUINTA DO MOREIRA	0795	129	3,65	3,65		Proprietário	1	C	2011-05-06

Nº total de parcelas: 6

2.6. Árvores Geo-Referenciadas						
Nº Seq	Tipo	Data Plantação		Nº árvores da parcela	Nº árvores do requerente	Total de árvores da parcela
		Ano	Mês			
4	Oliveira	1980	03	40		72
4	Oliveira	1980	04	32		72


2.7. Condicionantes da parcela			
Nº Seq	Tipo de condicionante	Área condicionada (ha)	Data da última actualização
1	ICN	0.74	2011-06-29
2	ICN	0.63	2011-06-29

### Identificação de Sub Parcelas

2.10. Caracterização das sub parcelas						
Nº Seq	Nº Sub Parcela	Área (ha)	Ocupação de Solo	Origem Dados	Rega	
					Recurso Hídrico	Método de Rega
1	001	0.02	Imorodutivo	CO10		
1	006	0.72	Culturas Temporárias	CTLD		
2	001	0.61	Culturas Temporárias	CO10	Inexistente	Não Irrigada
2	003	0.01	Outras áreas	CO10		
3	003	0.44	Culturas Temporárias	CTLD		
4	002	1.10	Olival	INO	Inexistente	Não Irrigada

Assinatura do Entrevistador: 

Assinatura do Beneficiário: 

Local:   
 Data: 29/06/11  
 Criado por: PRICAB

 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	 IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	 S I P I E . 2 9 0 6 1 1 . 1 . 7 5 2 4 0 3 1 . N	<b>IE</b>
<b>Caracterização da Exploração Agrícola</b>			Data de emissão: 29/06/2011 Nº de páginas: 3

<b>Identificação do beneficiário</b>	
Nº beneficiário: 7524031	NIF: 233287175

<b>Identificação de Sub Parcelas</b>
--------------------------------------

**2.10. Caracterização das sub parcelas**

N.º Seq	N.º Sub Parcela	Área (ha)	Ocupação de Solo	Origem Dados	Rega		Data última atualização
					Recurso Hídrico	Método de Rega	
4	003	0.17	Culturas Temporárias	INO	Inexistente	Não Irrigada	2011-05-06
4	004	0.01	Área social	INO			2011-05-06
5	025	1.92	Espaco florestal arborizado	INO	Inexistente	Não Irrigada	2011-06-28
6	002	0.02	Espaco florestal arborizado	FOGAB			2011-01-21
6	003	0.01	Vias	FOGAB			2011-01-21
6	004	0.03	Massas de água	FOGAB			2011-01-21
6	005	0.04	Outras áreas	FOGAB			2011-01-21
6	006	2.82	Culturas Temporárias	FOGAB			2011-01-21
6	007	0.64	Culturas frutícolas	FOGAB			2011-01-21
6	008	0.08	Outras áreas	PLANAC			2011-05-06

**2.12. Plantações**

N.º Seq	N.º SubParc	Tipo de cultura/povimento	Cultura consociada	Plantações											
				Espécie dominante						Espécie associada					
				Espécie	Variedade	Dominância (%)	Ordenamento	Compasso (m)		Data de plantação(*)		Espécie	Variedade	Dominância (%)	Ordenamento
								X	Y	Ano	Mês				
4	002			OLIV											

(\*) A data de plantação nas parcelas com árvores georeferenciadas deve ser consultada no quadro "2.6 - Árvores Georeferenciadas"

Assinatura do Entrevistador: 

Assinatura do Beneficiário: 



Local: 

Data: 29/06/2011

Criado por: PRICAB



## ANEXO III – Polígonos de Inversión

 <p>Ministério da Agricultura, Alimentação e Ordenamento do Território</p>  <p>IFAP Instituto de Investimentos de Agricultura e Pesca, I.P.</p>	<p>SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR</p> <p><b>DOCUMENTO ORTOFOTOGRAFICO DA PARCELA</b></p> <p>PORTUGAL</p>	<p><b>P3</b></p>	<p><b>N</b></p>
---	---	------------------	-----------------

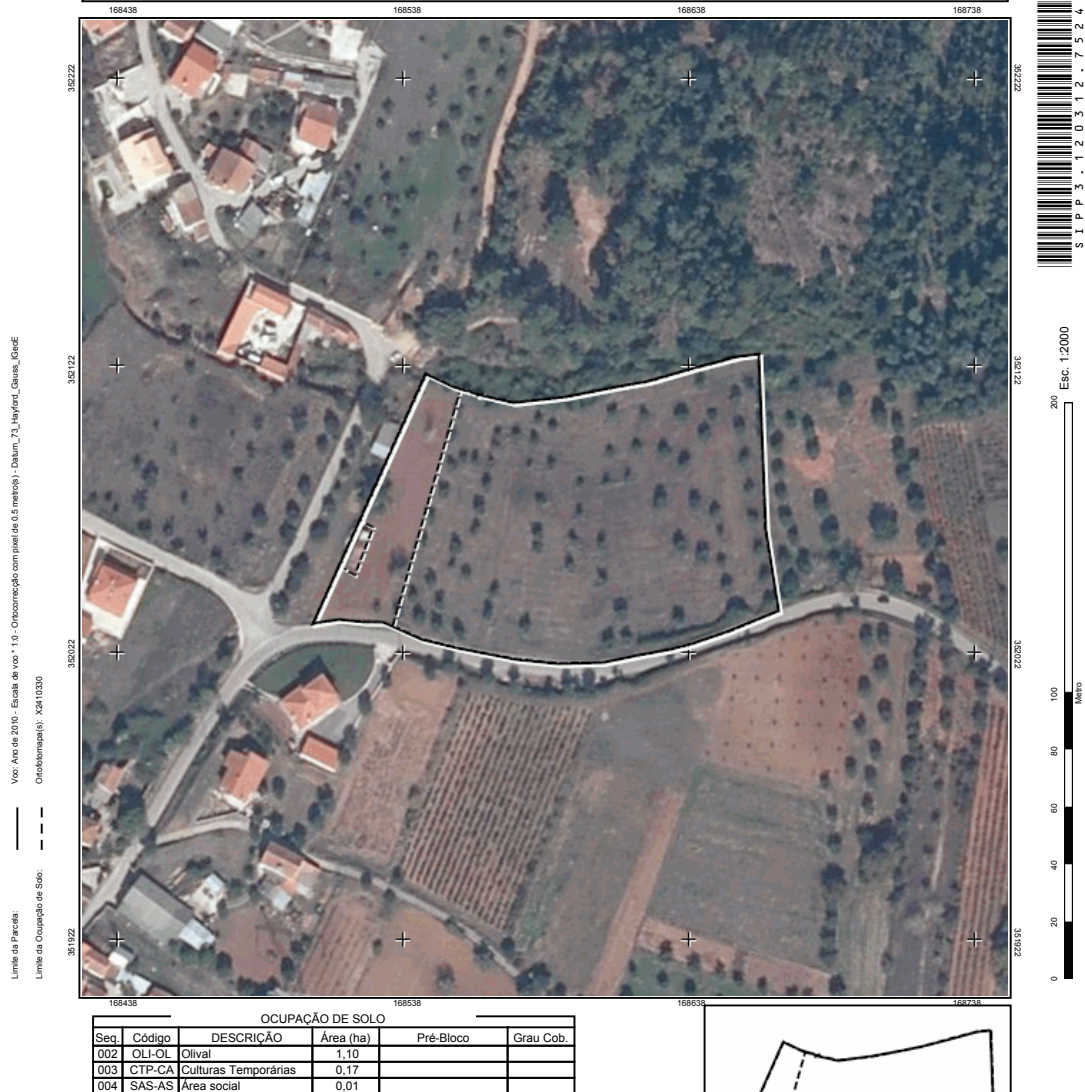
N.º CONTRIBUINTE: 233287175 NIFAP: 7524031 DATA EMISSÃO: 2012-03-12

NOME: ALEXANDRA MELRO DE CAMPOS MOREIRA

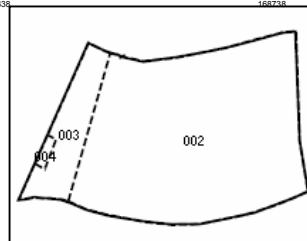
CONCELHO: 0604 - CONDEIXA A NOVA

FREGUESIA: 08 - SEBAL

N.º DO PARCELÁRIO:	1683523715001	Área (ha):	1.28	Área Útil. Sup (ha):	1.27	Área DR (ha):	1.27
--------------------	---------------	------------	------	----------------------	------	---------------	------



OCUPAÇÃO DE SOLO					
Seq.	Código	DESCRIÇÃO	Área (ha)	Pré-Bloco	Grau Cob.
002	OLI-OL	Olival	1,10		
003	CTP-CA	Culturas Temporárias	0,17		
004	SAS-AS	Área social	0,01		



Ministério da Agricultura,  
Mar, Ambiente e  
Ordenamento do Território

IFAP

Instituto de Investigamento  
da Agricultura e Pesca, IP

SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR

DOCUMENTO ORTOFOTOGRAFICO DA PARCELA

PORTUGAL

P3

N

N.º CONTRIBUINTE: 233287175

NIFAP: 7524031

DATA EMISSÃO: 2012-03-06

NOME: ALEXANDRA MELRO DE CAMPOS MOREIRA

FREGUESIA: 10 - SEIXO DE GATÕES

CONCELHO: 0610 - MONTEMOR-O-VELHO

N.º DO PARCELÁRIO: 1533648260010

Área (ha): 3.65

Área Útil. Sup (ha): 3.46

Área DR (ha): 3.49

Voç. Ano de 2010 - Escala de voç. 1:10 - Ortorecorreção com pixel de 0.5 metros - Datum: 73, WGS84, Gauss\_Krue

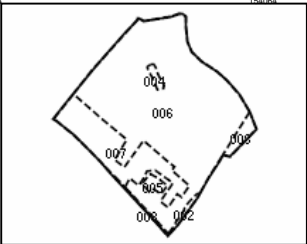
Ortodominante: X2290310

Limite da Parcela:

Limite da Ocupação de Solo:



OCUPAÇÃO DE SOLO				
Seq.	Código	DESCRIÇÃO	Área (ha)	
002	FFL-FL	Espaço florestal arboriza	0.02	Pré-Bloco
003	VIA-AS	Vias	0.01	
004	MAG-AS	Massas de água	0.03	
005	OUT-ON	Outras áreas	0.04	
006	CTP-CA	Culturas Temporárias	2.82	
007	POM-PM	Culturas frutícolas	0.64	
008	OUT-ON	Outras áreas	0.08	



Esc. 1:2000



## ANEXO IV – Candidatura de Jovens Agricultores

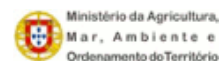
### Parametrização



**Inovação e Desenvolvimento Empresarial**

**Instalação de Jovens Agricultores**

**Décimo período de 2011**



## Caracterização do jovem agricultor

### CARACTERIZAÇÃO DO JOVEM AGRICULTOR

Ano de  
Candidatura

2011

Declaro que autorizo a transmissão dos dados pessoais constantes desta candidatura para efeitos de outorga do contrato de financiamento respectivo.

☒ Autorizo

Os dados pessoais recolhidos destinam-se exclusivamente à identificação e análise do presente pedido de apoio para efeitos de eventual concessão de financiamento. O promotor tem, nos termos legais, o direito de informação, acesso e oposição ao tratamento dos dados recolhidos.

#### Identificação do Promotor

Pessoa ☐ Colectiva

☒ Singular

Nº de Identificação Fiscal 233287175

NIFAP 7524031

Nome ou Designação Social Alexandra Melro de Campos Moreira

Morada (Sede Social) Rua Adolfo Loureiro, 52, R/C Esq.

Localidade Coimbra

Código Postal 3030-033 COIMBRA

Concelho Coimbra

Distrito Coimbra

NUTS II Centro

NUTS III Baixo Mondego

Telefone(s) 963198704

E-mail alexandramelro@gmail.com

Telefax

URL

Caracterização Jurídica Produtor individual

Data de Início de Actividade 2011-08-01

Data de Início da Contabilidade 2011-08-01

#### Enquadramento do Regime do IVA

Sujeito Passivo de IVA: ☒ Regime Normal

☐ Afectação Real

☐ Pro-rata

Sujeito Isento de IVA: ☐ Artº.9º

☐ Artº.2º

☐ Artº.53º

#### Responsável pela Exploração

Os dados do responsável pela exploração são diferentes dos indicados na identificação do promotor? ☐ Sim ☒ Não

## Caracterização do jovem agricultor

### Entidade consultora responsável pela elaboração do pedido apoio

O pedido apoio foi elaborado por uma entidade consultora? ☒ Sim ☐ Não

Nº de Identificação Fiscal 504207849

Nome ou Designação Social Softimbra2 - Agroinformática, Lda

Morada (Sede Social) Rua Carlos Seixas, nº 281 - 4º B

Código Postal 3030-177 Coimbra

Contacto Rua Carlos Seixas, nº 281 - 4º B

Telefone(s) 239404120

E-mail agrosoft@softimbra.pt



**Caracterização da Sociedade****CARACTERIZAÇÃO DO PROMOTOR****Produtor Individual**Género: ☐ Masculino ☒ FemininoData de Nascimento (aaaa-mm-dd) **Tempo de Trabalho do Beneficiário na Actividade (em dias / ano)**Antes do Plano Empresarial Depois do Plano Empresarial **Qualificação**

Escolaridade	9º - 12º ano	Agrícola	<input type="checkbox"/>
		Não agrícola	<input checked="" type="checkbox"/>
	Bacharelato, Licenciatura, Mestrado, Doutoramento, Curso de especialização tecnológica, Técnico de nível 3, 4 e 5	Agrícola	<input checked="" type="checkbox"/>
		Não agrícola	<input type="checkbox"/>
Empresário Agrícola	Curso de Empresário Agrícola homologado pelo MADRP		<input type="checkbox"/>
Experiência agrícola	Maior ou igual a 3 anos		<input type="checkbox"/>
	Menor que 3 anos		<input type="checkbox"/>
Experiência na área de instalação	Maior ou igual a 3 anos		<input type="checkbox"/>
	Menor que 3 anos		<input type="checkbox"/>

**Aptidão e competência adequada**

**CARACTERIZAÇÃO DO JOVEM AGRICULTOR**

**Condições de Elegibilidade do Promotor**

O promotor declara:	Cumpro ou estou em condições de cumprir		
	Sim	Não	N/A
1a) Possuir o 9.º ano de escolaridade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1b) Possuir a aptidão e competência profissional adequada de acordo com os requisitos mínimos definidos no anexo I, sem prejuízo do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 7.º	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1c) Encontrar-se legalmente constituído	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1e) Cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente ter a situação regularizada em matéria de licenciamentos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1f) Não terem obtido aprovação, antes da data de apresentação do pedido de apoio, de quaisquer ajudas ao investimento	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1g) Não terem recebido quaisquer ajudas à produção ou à actividade agrícola, excepto nos dois anos anteriores ao ano de apresentação do pedido de apoio	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2) Apresentar um plano empresarial que caracterize a situação inicial da exploração, as etapas, as metas específicas e a descrição detalhada dos investimentos para o desenvolvimento da actividade agrícola	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3) Apresentar um plano de formação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

**CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO**

**Condições de Elegibilidade da Operação**

O promotor declara:	Cumpro ou estou em condições de cumprir		
	Sim	Não	N/A
1a) Apresentar um montante elegível igual ou superior a 5.000 euros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1b) Não conflitar com outros apoios concedidos no âmbito de regimes de apoio ao abrigo das Organizações Comuns de Mercado (OCM) e respeitar quaisquer restrições à produção ou outras condicionantes do apoio a título das mesmas OCM	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1c) O investimento não é incompatível com compromissos ou obrigações a que as parcelas, objecto de investimento, estejam sujeitas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1d) Apresentar viabilidade económica	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1e) Apresentar coerência técnica, económica e financeira	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1f) Cumprir as disposições legais aplicáveis aos investimentos propostos, designadamente em matéria de licenciamento	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2) São elegíveis as despesas de investimento realizadas após a apresentação do pedido de apoio excepto as despesas referidas no ponto 7 e 10 do Anexo II, desde que realizadas até 3 meses antes da apresentação do pedido de apoio	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

**CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO**

**Descrição da Operação**

Designação

Natureza

**Investimento**

Investimento Total

Investimento Elegível

**Execução da operação**

Data de Início da Operação  (aaaa-mm-dd)

Data de Termo da Operação  (aaaa-mm-dd)

**Localização das actividades/investimentos do plano empresarial**

Nº do Local	Descrição do Produto	Concelho	Freguesia	Polígono de Investimento	Área (ha)	Regadio colectivo	Perímetro emparcelamento	Reserva ecológica	Reserva agrícola	Área protegida	Zona de conservação	Zona de protecção	Zona vulnerável	Fauna selvagem
1	Olival para colheita de fo...	Condeixa-a-Nova	Sebal	9105187060408	1,28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	Plantas aromáticas, cond...	Montemor-o-Velho	Seixo de Gatões	9105123061010	3,65	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**A implementação da Plano Empresarial origina**

Arranque de Oliveiras ☐ Sim ☒ Não

Corte de Sobreiros, Azinheiras ☐ Sim ☒ Não

## CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

## Efectivos Animais Inseridos no Investimento

[illegible]

## Compra de Animais

[illegible]

## Alimentação Animal (em euros)

[illegible]

## Caracterização inicial da Exploração

### CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

#### Caracterização inicial da Exploração

Descrição da situação inicial

A proponente, licenciada em agro-pecuária e frequentando o mestrado em agricultura biológica, vai assumir a gestão de 2 terrenos de que é proprietária, por herança.

A base fundiária da nova exploração, na forma de exploração de conta-própria, terá um total de área de 4,93 ha.

**CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO**

**Acções a Implementar**

Descrição de acções ou serviços necessários ao desenvolvimento da actividade agrícola

O projeto visa a constituição de uma empresa vocacionada para a produção de plantas aromáticas, condimentares e medicinais, contemplando também a instalação de uma Jovem Agricultora.

Os investimentos previstos destinam-se a implementar integralmente o aparelho de produção necessário para o sistema produtivo indicado.

A qualidade que se pretende obter nas plantas aromáticas, condimentares e medicinais secas, a produzir em modo de produção biológico, vai permitir que a sua comercialização seja efetuada por 4 empresas do sector, conforme declarações constantes no dossier e enviadas para o Balcão do Beneficiário.

**CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO**

**Investimentos na Exploração Agrícola**

Nº no Dossier	Designação	Rubrica de Investimento	Tipo de Investimento	Investimento Total	Investimento Elegível	Valor Residual	Nº do Local	Unidade	Quant.	Realização (aaaa-mm)
1	Sistematização de terre...	Preparação do terreno - Mel...	Produção primária	2.200,00	2.200,00	1.760,00	2	Hectare	3,65	2011-10
2	Plantação de plantas ar...	Plantações - Melhoramento...	Produção primária	62.362,50	62.362,50	6.236,25	2	Hectare	2,00	2012-02
3	Plantação de olival para ...	Plantações - Melhoramento...	Produção primária	3.027,50	3.027,50	2.119,25	1	Hectare	1,28	2012-02
4	Furo artesiano a 200 m...	Captção de águas subterr...	Produção primária	8.000,00	8.000,00	6.400,00	2	Metro	200,00	2011-11
5	Grupo eletrobomba sub...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	2.425,00	2.425,00	1.212,50	2	Cavalos vapor	7,50	2011-11
6	Recuperação de poço e...	Outros melhoramentos fun...	Produção primária	3.000,00	3.000,00	2.400,00	2	Metro cubico	471,00	2011-12
7	Vedação do prédio Quint...	Outros melhoramentos fun...	Produção primária	48.000,00	48.000,00	33.600,00	2	Metro	823,00	2012-02
8	Sebe viva, a contornar to...	Plantações - Melhoramento...	Produção primária	1.111,50	1.111,50	611,33	2	Metro	820,00	2012-02
9	Tela base para chão par...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	7.130,97	7.130,97	713,10	2	Metro quadr...	22.050,00	2012-02
10	Estrutura de apoio amov...	Estufas ou outras estrutura...	Produção primária	56.950,00	56.950,00	28.475,00	2	Metro quadr...	500,00	2011-12
11	Estufa em 510 m2, com ...	Estufas ou outras estrutura...	Produção primária	19.170,00	19.170,00	4.423,85	2	Metro quadr...	510,00	2011-11
12	Sistema de rega gota-a-...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.130,00	1.130,00	113,00	2	Metro quadr...	510,00	2012-01
13	Sistema de rega por ne...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.220,00	1.220,00	122,00	2	Metro quadr...	510,00	2012-01
14	Programador de rega pa...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.930,00	1.930,00	193,00	2	Unidade	2,00	2012-01
15	Estação de bombagem ...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	4.725,00	4.725,00	2.598,75	2	Cavalos vapor	4,00	2012-01
16	Rede de tubagem princ...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.185,00	1.185,00	118,50	2	Metro	80,00	2012-01
17	Sistema de bombagem ...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.932,88	1.932,88	1.063,08	2	Metro cubico...	150,00	2012-03
18	Sistema de filtragem, co...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	2.056,25	2.056,25	205,63	2	Unidade	1,00	2012-03
19	Conduta principal de 30...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	3.765,97	3.765,97	376,60	2	Metro	300,00	2012-03
20	Sistema de rega gota-a-...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	14.987,21	14.987,21	1.498,72	2	Litros/hora	2,10	2012-03
21	Sistema de automatizaç...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	4.708,00	4.708,00	470,80	2	Unidade	20,00	2012-03
22	Sistema de fertirrigaçã...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.629,60	1.629,60	162,96	2	Litro	500,00	2012-03
23	Sistema de bombagem ...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.768,35	1.768,35	972,59	2	Metro cubico...	150,00	2012-03
24	Sistema de filtragem, co...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	378,75	378,75	37,88	2	Unidade	1,00	2012-03
25	Conduta principal de 40...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	9.251,10	9.251,10	925,11	2	Metro	400,00	2012-03
26	Sistema de automatizaç...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.530,00	1.530,00	153,00	2	Unidade	10,00	2012-03
27	Bancada de enraizamen...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	4.570,00	4.570,00	457,00	2	Metro quadr...	6,40	2012-01
28	Máquina manual para c...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	672,06	672,06	67,21	2	Unidade	1,00	2012-04
29	Balança com alcance m...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	451,25	451,25	45,13	2	Quilograma	3,00	2012-04
30	Balança com alcance m...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	665,00	665,00	66,50	2	Quilograma	300,00	2012-04
31	Máquina de fechar sac...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	496,30	496,30	49,63	2	Unidade	1,00	2012-04
32	Máquina de soldar sac...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.097,40	1.097,40	109,74	2	Unidade	1,00	2012-04
33	40 Contentores-paleta (...)	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	8.446,00	8.446,00	844,60	2	Unidade	40,00	2012-04
34	192 Caixas reversíveis (...)	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.914,24	1.914,24		2	Unidade	192,00	2012-04
35	200 Gavetões, vida útil p...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	3.300,00	3.300,00		2	Unidade	200,00	2012-04
36	Câmara de secagem, e...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	17.775,00	17.775,00	9.776,25	2	Metro cubico	28,80	2012-04
37	Trator de 44 CV de potê...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	20.272,50	20.272,50	2.027,25	2	Cavalos vapor	44,00	2012-01
38	Charnua 1F 12 polegadas	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.430,55	1.430,55	673,20	2	Polegada	12,00	2012-01
39	Derregador articulado c...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	275,50	275,50	151,53	2	Unidade	4,00	2012-01
40	Caixa de carga de 1,4 m	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	356,25	356,25	109,62	2	Metro	1,40	2012-01
41	Molenoxada com 5,5 CV	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.377,50	1.377,50	137,75	2	Cavalos vapor	5,50	2012-01
42	Roçadora de 2,1 CV	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	302,76	302,76	30,28	2	Cavalos vapor	2,10	2012-01
43	Motoserra de 2,2 CV	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	237,31	237,31	23,73	2	Cavalos vapor	2,20	2012-01
44	Grade de discos 14-20, ...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	2.108,85	2.108,85	1.159,87	2	Metro	1,60	2012-01
45	Escarificador de 5 dentes	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	638,35	638,35	351,09	2	Unidade	5,00	2012-01
46	Reboque de 3.000 Kg d...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	3.208,50	3.208,50	987,23	2	Quilograma	3.000,00	2012-01
47	Pulverizador de 300 L, e...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.979,10	1.979,10	197,91	2	Litro	300,00	2012-01
48	Bancada de trabalho, e...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	500,00	500,00	275,00	2	Metro quadr...	4,50	2012-01
49	Contador de água de re...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	425,00	425,00	42,50	2	Unidade	1,00	2012-03
50	Computador de secretár...	Outras máquinas e equipa...	Produção primária	1.233,90	1.233,90		2	Unidade	1,00	2012-01
51	Certificação em agricult...	Certificação - Imateriais		1.036,90	1.036,90		2	Anos	5,00	2012-01
52	Construção de sítio corp...	Software - Imateriais		1.024,75	1.024,75		2	Unidade	1,00	2012-01
53	Registo de marca nacio...	Aquisição de patentes, lice...		162,24	162,24		2	Unidade	1,00	2012-01
54	Elaboração de projeto d...	Estudos e trabalhos de con...		4.800,00	4.800,00		2	Unidade	1,00	2012-01

**Descrição detalhada dos investimentos e relação com as actividades desenvolvidas**

Os investimentos previstos são os seguintes:

- Sistematização de terreno, incluindo limpeza de valas e desmatção, em 3,65 ha.
- Plantação de plantas aromáticas, condimentares e medicinais, numa densidade de 6,75 plantas/ ha, numa área de 2 ha:
- Plantação de olival para colheita de folhas para infusão e, secundariamente, produção de azeitonas, num compasso de 7m x 5m plantas, numa área de 1,28 ha;
- Furo artesiano a 200 m, para regar uma área de cerca de 3,4 ha.
- Grupo eletrobomba submersível de 7,5 CV e acessórios para furo.
- Recuperação de poço em pedra existente, com cerca de 5 m de diâmetro e 6 m de profundidade, e sua transformação em depósito de água, com um volume de 471 m3. Terá uma cobertura em rede metálica fixa, por razões de segurança.
- Vedação do prédio Quinta do Moreira, em cerca de 823 m, com um muro de betão e revestimento em alvenaria com altura de 0,4 m, chapa metálica com 1,5 m de altura em 210 m de comprimento, e rede metálica com 1,5 m em 613 m. Este investimento é indispensável para proteção das culturas e dos equipamentos contra furto, vandalismo e animais silvestres.
- Sebe viva, a contornar todo o prédio Quinta do Moreira, em cerca de 820 m, constituída por 137 plantas (com em espaçamento médio de 6 m).
- Tela base para chão para a área de 2 ha da plantação de plantas aromáticas, condimentares e medicinais. A área é de 22.050 m2, com um acréscimo de cerca de 10%, para atender às zonas de sobreposição e de enterramento nas extremas.
- Estrutura de apoio amovível com 500 m2 e 4,2 m de altura, tipo "estufa", com estrutura metálica, cobertura em painel sandwich de 30 mm, fachada e paredes laterais em painel sandwich de 40 mm. Destina-se a dar apoio à exploração, para preparação dos produtos para expedição, armazenamento de factores de produção e resguardo de máquinas e equipamentos.
- Estufa em 510 m2, com 3,0 m de altura, estrutura metálica galvanizada e cobertura em plástico térmico de 200 micron, automatização da abertura superior, com sensores de temperatura, humidade e vento e écran térmico. Garante boas condições de efeito térmico e estanquicidade. Será utilizada para alfobre de plantas anuais e para o enraizamento de plantas vivazes, evitando a aquisição de estas.

Para a estufa:

- Sistema de rega gota-a-gota para estufa (561 tubos de 4 L/H tubagens e acessórios).
- Sistema de rega por nebulização para estufa (113 miniaspersores de 100 L/H, tubagens e acessórios).
- Programador de rega para estufa (com 2 electroválvulas, cabos e acessórios).
- Estação de bombagem (eletrobomba de 4 CV), filtragem (cabecal de 50 m3), bomba injetora (245 L/H, depósito de



Descrição detalhada dos investimentos e relação com as actividades desenvolvidas
<p>acessórios, abertura e tapamento de valas de 0,8 m de profundidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema de automatização, com 10 electroválvulas, programador de 10 estações e acessórios.</li> <li>- Bancada de enraizamento, em alumínio, com 6,4 m<sup>2</sup>, a instalar na estufa, para o enraizamento de plantas vivazes (destinadas à zona de culturas diversas), evitando a necessidade da sua aquisição.</li> <li>- Máquina manual para colheita de ervas, acionada por dois operadores.</li> <li>- Balança com alcance máximo de 3 kg, para pesagem de produtos já secos, para venda em pequena quantidade a retalhistas.</li> <li>- Balança com alcance máximo de 300 kg, para pesagem de produtos já secos, para venda em grande quantidade a grossistas.</li> <li>- Máquina de fechar sacos grandes (ráfia, polipropileno, etc.), por costura com fio de algodão.</li> <li>- Máquina de soldar sacos de plástico, para fechar sacos pequenos.</li> <li>- 40 Contentores-paletes (1,2 x 1 x 1 m, com tampa), vida útil prevista de 10 anos, para recolha e armazenamento de grandes quantidades de produto.</li> <li>- 192 Caixas reversíveis (60 x 40 x 32 m), vida útil prevista de 8 anos, para apanha de produto verde e transporte ao secador.</li> <li>- 200 Gavetões, vida útil prevista de 8 anos, para armazenamento de pequenas quantidades de produto.</li> <li>- Câmara de secagem, específica para plantas aromáticas, condimentares e medicinais, com 5 x 4 x 2,4 m (28,8 m<sup>3</sup>), construída em painel sanduiche de 40 mm (chapas em aço carbono e isolamento em poliuretano), porta, sistemas de produção e distribuição de ar quente, ventilador, bateria de aquecimento, chaminés, quadro elétrico com consola de programação e extrator de ar húmido. O ciclo de secagem é comandado com parametrização da temperatura da câmara e da velocidade da ventilação.</li> <li>- Trator de 44 CV de potência nominal bem adaptado ao tipo de solos, à potência necessária para o correto funcionamento das unidades operadoras a adquirir e à dimensão da exploração.</li> <li>- Charrua 1F 12 polegadas.</li> <li>- Derregador articulado com 4 aivequilhos.</li> <li>- Caixa de carga de 1,4 m.</li> <li>- Motoenxada com 5,5 CV</li> <li>- Roçadora de 2,1 CV</li> <li>- Motosierra de 2,2 CV</li> </ul>

**FORMAÇÃO COMPLEMENTAR****Plano de Formação Complementar Voluntária**

Nº	Designação	Conteúdo da Acção	Área de Formação	Nº de horas	Investimento

**Adequação da formação complementar pretendida às necessidades da Exploração**

**CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO****Estrutura de Financiamento (Recursos Financeiros)**

Rubricas	2011	2012	Total	%
Capitais Próprios	45.872,50	127.293,89	173.166,39	50,00
Capitais Alheios				
Dívidas a Instituições de Crédito				
Outros				
Incentivo Não Reembolsável (INR)	45.872,50	127.293,90	173.166,40	50,00
FINANCIAMENTO TOTAL	91.745,00	254.587,79	346.332,79	100,00
INVESTIMENTO TOTAL	91.745,00	254.587,79	346.332,79	

**Fundamentação das Fontes de Financiamento**

Os capitais próprios necessários serão assegurados por poupanças pessoais e familiares e pelo prêmio de primeira instalação.

**Restante Sistema Produtivo****DADOS ADICIONAIS****Restante Sistema Produtivo (sem Investimento)**

Concelho	Freguesia	Sector / Raça Animal	Actividade / Tipo de Animal	Área(ha) ou Cabeças

**Construções e Melhoramentos fundiários**

Concelho	Freguesia	Designação e características	N.º de artigo	Dimensões	Unidade	Ano de construção

**Máquinas e Equipamentos da Exploração**

Designação e características	Ano de aquisição

RENTABILIDADE DA OPERAÇÃO

Ano Cruzeiro da Operação 2018 Ano do Fim da vida útil da operação 2022

Áreas, Effectivos e Quantidades Vendidas - Produção primária

Nº do Local	Sector	Actividade	Tipologia	Pré-Operação				2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		Ano Cruzeiro		Valor Unitário	
				Área(ha) ou	Quantidade	Unidade	Certificação	Destino	Área(ha) ou	Quantidade	Área(ha) ou	Quantidade	Área(ha) ou	Quantidade	Área(ha) ou	Quantidade	Área(ha) ou	Quantidade	Área(ha) ou	Quantidade	Área(ha) ou	Quantidade	Certificação		Destino
1	Olival	Azeitona para azeite Oliv.Tra...	Sequeiro			kg												1,28	1,920	1,28	3,200	1,28	4,480	Nac	0,30
1	Olival	Outros Prod. Olivicultura	Sequeiro			kg												1,28	64	1,28	128	1,28	256	Nac	6,00
2	Outras Grandes Culturas	Plantas Aromáticas	Regadio			kg				2,00	3,300	2,00	5,500	2,00	5,500	2,00	5,500	2,00	5,500	2,00	5,500	2,00	5,500	Exp	11,00
2	Outras Grandes Culturas	Plantas Aromáticas	Regadio			kg				1,40	1,050	1,40	3,500	1,40	3,500	1,40	3,500	1,40	3,500	1,40	3,500	1,40	3,500	Nac	10,99

Transformação e comercialização

Produto		Média Representativa (Pré-Operação)		Pós-Operação															
Designação	Certif/Unid.Físico	Quantidade	Valor Unitário	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		Ano Cruzeiro	
				Quantidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor Unitário	Quantidade	Valor Unitário
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		
	<input type="checkbox"/>																		

Informações Complementares

**RENTABILIDADE DA OPERAÇÃO**

**Rentabilidade - Produção primária**

**Subsídios Directos à Produção (em euros)**

Nº do Local	Sector	Actividade	Certificação	Pré Operação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Ano Cruzeiro
1	Olival	Azeitona para azeite Oliv.Tr...										
1	Olival	Outros Prod. Olivicultura										
2	Outras Grandes Culturas	Plantas Aromáticas										
2	Outras Grandes Culturas	Plantas Aromáticas										

**Custos Específicos (em euros)**

Nº do Local	Sector	Actividade	Certificação	Pré Operação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Ano Cruzeiro
1	Olival	Azeitona para azeite Oliv.Tr...								320,00	320,00	320,00
1	Olival	Outros Prod. Olivicultura								128,00	128,00	128,00
2	Outras Grandes Culturas	Plantas Aromáticas				1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
2	Outras Grandes Culturas	Plantas Aromáticas				1.680,00	1.680,00	1.680,00	1.680,00	1.680,00	1.680,00	1.680,00

**Mão de Obra Utilizada no Investimento (em dias)**

Pré Operação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Ano Cruzeiro
	1	743	743	743	743	783	799	823

**Rentabilidade das actividades de Transformação e comercialização**

**Custos Específicos (em euros)**

Rubricas	Pré-operação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Ano Cruzeiro
Custo das Mat.Primas e Subsid.Consumidas									
Fornecimento e Serviços Externos									

Rentabilidade da Operação

RENTABILIDADE DA OPERAÇÃO									
Rentabilidade da Operação (em euros)									
Rubricas	Pré Operação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Ano Cruzeiro
Vendas			48.136,50	99.460,00	99.460,00	99.460,00	100.420,00	101.188,00	102.340,00
Subsídios									
Indemnizações compensatórias									
Agro-ambientais									
Outros subsídios									
Outros proveitos da operação									
PROVEITOS DA OPERAÇÃO			48.136,50	99.460,00	99.460,00	99.460,00	100.420,00	101.188,00	102.340,00
Custos de exploração vegetal			3.480,00	3.480,00	3.480,00	3.480,00	3.928,00	3.928,00	3.928,00
Custos de exploração animal									
Alimentação animal adquirida									
Custos da transformação e comercialização									
Compra de animais não reprodutores									
Conservação e reparação de equipamentos		97,00	5.419,50	5.419,50	5.419,50	5.419,50	5.419,50	5.419,50	5.419,50
Conservação e reparação de construções		1.786,40	2.746,40	2.746,40	2.746,40	2.746,40	2.746,40	2.746,40	2.746,40
Custos financeiros									
Impostos indirectos									
Mão-de-obra (produção primária)			26.005,00	26.005,00	26.005,00	26.005,00	27.405,00	27.965,00	28.805,00
Mão-de-obra (transformação e comercializa...									
Rendas									
Amortizações		4.707,37	26.062,20	26.062,20	26.062,20	26.062,20	26.062,20	24.410,64	24.410,64
Contribuições e seguros									
Outros custos da operação									
CUSTOS DA OPERAÇÃO		6.590,77	63.713,10	63.713,10	63.713,10	63.713,10	65.561,10	64.469,54	65.309,54
As fórmulas de cálculo do VAL e da TIR encontram-se descritas em Orientação Técnica Específica Nº 03/2011.									

Fundamentação dos valores previsionais e respectiva evolução				
Principais Indicadores:				
VALOR ACTUALIZADO	LÍQUIDO (VAL <sub>linv</sub> )	320.917,22	Euros	
TAXA INTERNA DE RENTABILIDADE	(TIR)	10,4107%		
Estimativa da Valia do Plano Empresarial:				
VPE = L + VA + NQ	40,0000			
L - Localização	0,0000			
VA - Valia ambiental	20,0000			
NQ - Nível de qualificação	20,0000			

Aditamento:

1 – Ocupação cultural

Culturas Previstas	Ano de cruzeiro
Olival para colheita de folhas para infusão	1,28
Plantas aromáticas, condimentares e medicinais:	
Grandes plantações	2,00
Culturas diversas	1,40
Estufa (510 m2), estrutura de apoio e área social:	0,25
Total	4,93



## 2 – Caracterização das atividades

### Grandes plantações:

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	PREÇO	ÁREA	PROD. SECADA		REC.
		(Euro/ Kg)	(m2)	(Kg/ ha)	(Kg)	(Euros)
HORTELÃ NORMAL	<i>Mentha spicata</i>	10,00	5.000	2.500	1.250	12.500,00
HORTELÃ PIMENTA	<i>Mentha piperita</i>	10,00	5.000	2.500	1.250	12.500,00
TOMILHO VULGAR	<i>Thymus vulgaris</i>	9,00	5.000	3.000	1.500	13.500,00
ESTRAGÃO FRANCÊS	<i>Artemisia dracunculus</i>	15,00	5.000	3.000	1.500	22.500,00
		11,09	20.000	2.750	5.500	61.000,00

Prevê-se que em 2012 já se obtenha 60% da produção máxima, que estabilizará em 2013.

Custos previstos (sem mão-de-obra): 900 euros/ ha

Mão-de-obra: 1500 H/ ha

### Culturas diversas:

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	PREÇO	ÁREA	PROD. SECADA		REC.
		(Euro/ Kg)	(m2)	(Kg/ ha)	(Kg)	(Euros)
HIPERÍCIO DO GERÊS	<i>Hypericum androseum</i>	25,00	1.000	1.000	100	2.500,00
ERVA PRÍNCIPE	<i>Cymbopogon citratus</i>	11,00	1.000	2.500	250	2.750,00
ROSMANINHO	<i>Lavandula stoechas</i>	10,00	1.000	1.300	130	1.300,00
ERVA CIDREIRA	<i>Melissa officinalis</i>	11,00	1.000	3.000	300	3.300,00
SALVA	<i>Salvia officinalis</i>	11,00	1.000	2.500	250	2.750,00
OREGÃO VULGAR	<i>Origanum vulgare</i>	10,00	1.000	3.000	300	3.000,00
ALFAZEMA DENTADA	<i>Lavandula lanata</i>	11,00	1.000	1.300	130	1.430,00
EQUINÁCEA	<i>Echinacea purpurea</i>	11,00	1.000	2.500	250	2.750,00
SEGURELHA DAS MONTANHAS	<i>Saturea montana</i>	11,00	1.000	3.000	300	3.300,00
TOMILHO LIMÃO	<i>Thymus citriodorus</i>	10,00	1.000	3.000	300	3.000,00
TANACETO	<i>Tanacetum vulgare</i>	10,00	1.000	2.000	200	2.000,00
LÚCIA-LIMA	<i>Alloysia triphilla</i>	11,00	1.000	3.000	300	3.300,00
POEJO	<i>Mentha pulegium</i>	11,00	1.000	2.000	200	2.200,00
ALECRIM	<i>Rosmarinus officinalis</i>	10,00	1.000	5.000	500	5.000,00
		10,99	14.000	2.507	3.510	38.580,00

A estufa prevista, com 510 m2, será utilizada para alfofre de plantas anuais e para o enraizamento de plantas vivazes, evitando a aquisição destas. Os custos destas operações já estão considerados no custo unitário da atividade.

Prevê-se que em 2012 já se obtenha 30% da produção máxima, que estabilizará em 2013.

Custos previstos (sem mão-de-obra): 1200 euros/ ha

Mão-de-obra: 2100 H/ ha

### Olival:

	PREÇO	ÁREA	PROD. SECADA		REC.
	(Euro/ Kg)	(m2)	(Kg/ ha)	(Kg)	(Euros)
Folhas para infusão - 2016	6,00	12.800	50	64	384,00
Folhas para infusão - 2017	6,00	12.800	100	128	768,00
Folhas para infusão - 2018 e seguintes	6,00	12.800	200	256	1.536,00

**ELEMENTOS A REMETER À ENTIDADE GESTORA**

**Tem 10 dias após a submissão da candidatura para entregar os documentos de suporte através do Balcão do Beneficiário.**

**Consulte a lista de documentos obrigatórios, no menu candidaturas, no site do PRODER, em [www.proder.pt](http://www.proder.pt).**

**Note que a submissão destes documentos dentro do prazo previsto é obrigatória, sob pena da sua candidatura ser reprovada.**

**O Promotor compromete-se a manter na empresa, devidamente organizado em dossier, toda a documentação relativa ao pedido de apoio, devendo ser sempre actualizado de acordo com o desenvolvimento da operação, de forma a reunir toda a informação necessária à fundamentação e execução da operação**



## ANEXO V – Alterações de investimento

**Quadro 1 - Alterações previstas nos investimentos a realizar.**

Investimentos elegíveis	Investimentos com alteração	Fase Projeto (unidade euro)	Fase Alteração (unidade euro)
Sistematização de terreno, incluindo limpeza de valas e desmatção, em 3,65 ha	não	2200,00	2200,00
Plantação de plantas aromáticas, condimentares e medicinais, numa densidade de 6,75 plantas/ ha, numa área de 2 há	sim	62362,50	4000,00
Plantação de oliveira para colheita de folhas para infusão e, secundariamente, produção de azeitonas, num compasso de 7m x 5m plantas, numa área de 1,28 ha	não	3027,50	3027,50
Furo artesiano a 200 m de profundidade	não	8000,00	8000,00
Grupo eletrobomba submersível de 7,5 CV e acessórios para furo	não	2425,00	2000,00
Recuperação de poço em pedra existente, com cerca de 5 m de diâmetro e 6 m de profundidade, e sua transformação em depósito de água, com um volume de 471 m3	sim	3000,00	500,00
Tela base para chão para a área de 2 ha da plantação de plantas aromáticas, condimentares e medicinais. A área é de 22.050 m2, com um acréscimo de cerca de 10%, para atender às zonas de sobreposição e de enterramento nas extremas	sim	7130,97	0,00
Estrutura de apoio amovível com 500 m2 e 4,2 m de altura, tipo "estufa", com estrutura metálica, cobertura em painel sandwich de 30 mm, fachada e paredes laterais em painel sandwich de 40 mm	não	56950,00	20000,00
Estufa em 510 m2, com 3,0 m de altura, estrutura metálica galvanizada e cobertura em plástico térmico de 200 micron, automatização da abertura superior, com sensores de temperatura, humidade e vento e écran térmico	não	19170,00	10000,00
Sistema de rega gota-a-gota para estufa (561 tubos de 4 L/H tubagens e acessórios).	não	1130,00	3000,00
Sistema de rega por nebulização para estufa (113 miniaspersores de 100 L/H, tubagens e acessórios).	sim	1220,00	400,00
Programador de rega para estufa (com 2 electroválvulas, cabos e acessórios)	sim	1930,00	500,00
Estação de bombagem (eletrobomba de 4 CV), filtragem (cabeçal de 50 m3), bomba injetora (245 L/H, depósito de 300 L e acessórios)	sim	4725,00	2000,00
Rede de tubagem principal e distribuidora (80m)	sim	1185,00	500,00
Sistema de bombagem com eletrobomba (caudal de 150 m3/ H), balão hidropressor, 60 cabos elétricos, 60 tubos e acessórios	sim	1932,88	1000,00
Sistema de filtragem, com 2 filtros de areia de 2 polegadas, filtro de discos e acessórios	sim	2056,25	500,00
Conduta principal de 300 m, 2 polegadas e 6 BAR, acessórios, abertura e tapamento de valas de 0,8 m de profundidade	sim	3765,97	1000,00
Sistema de rega gota-a-gota, com 28.571 m de tubo gotejador de 16 mm, caudal de 2,1 L/ H, tubagens e acessórios	sim	14987,21	4000,00
Sistema de automatização, com 20 electroválvulas, programador de 24 estações e acessórios	sim	4708,00	1000,00
Sistema de fertirrigação com depósito de 500 L, bomba doseadora de 285 l/H, quadro de comando e proteção e acessórios	sim	1629,60	600,00
Sistema de bombagem com eletrobomba (caudal de 150 m3/ H), balão hidropressor, 40 cabos elétricos, 10 tubos e acessórios	sim	1768,35	1000,00
Sistema de filtragem, com filtro de discos e acessórios	sim	378,75	200,00
Conduta principal de 400 m, 2 polegadas e 6 BAR, sistema de rega por aspersão (88 aspersores metálicos), acessórios, abertura e tapamento de valas de 0,8 m de profundidade	sim	9251,10	2000,00
Sistema de automatização, com 10 electroválvulas, programador de 10 estações e acessórios	sim	1530,00	300,00
10 Bancada de enraizamento, em alumínio, com 6,4 m2, a instalar na estufa, para o enraizamento de plantas vivazes (destinadas à zona de culturas diversas), evitando a necessidade da sua aquisição	sim	4570,00	914,00
Máquina manual para colheita de ervas, acionada por dois operadores	não	672,06	672,06
Balança com alcance máximo de 3 kg, para pesagem de produtos já secos, para venda em pequena quantidade a retalhistas	não	451,25	451,25
Balança com alcance máximo de 300 kg, para pesagem de produtos já secos, para venda em grande quantidade a grossistas	sim	665,00	0,00
Máquina de fechar sacos grandes (ráfia, polipropileno, etc.), por costura com fio de algodão	não	496,30	496,30
Máquina de soldar sacos de plástico, para fechar sacos pequenos	não	1097,40	1097,40
40 Contentores-paleta (1,2 x 1 x 1 m, com tampa), vida útil prevista de 10 anos, para recolha e armazenamento de grandes quantidades de produto	sim	8446,00	2000,00
192 Caixas reversíveis (60 x 40 x 32 m), vida útil prevista de 8 anos, para apanha de produto verde e transporte ao secador	sim	1914,24	1000,00
200 Gavetões, vida útil prevista de 8 anos, para armazenamento de pequenas quantidades de produto	sim	3300,00	3000,00
Câmara de secagem, específica para plantas aromáticas, condimentares e medicinais, com 5 x 4 x 2,4 m (28,8 m3)	sim	17775,00	1000,00
Trator	sim	20272,50	0,00
Derregador	sim	275,50	0,00
Caixa de carga	sim	356,25	0,00
Motoenxada	não	1377,50	1377,50
Roçadora	não	302,76	302,76
Motoserra	não	237,31	237,31
Grade de discos	sim	2108,85	0,00
Escarificador	sim	638,35	0,00
Reboque	sim	3208,50	0,00
Pulverizador	não	1979,10	600,00
Contador água	não	425,00	100,00
Bancada	não	500,00	300,00
Pc e impressora	não	1233,90	1233,90
Ecocert	não	207,38	207,38
Site	não	1024,75	1024,75
Inpi	não	162,24	162,24
Softimbra	não	4800,00	4800,00
<b>TOTAL</b>		<b>294961,22</b>	<b>88704,35</b>
<b>TOTAL PRODER 50%</b>		<b>147480,61</b>	<b>44352,18</b>

## ANEXO VI – Proposta de design da marca “Melro Aromáticas”

**MELRO**

PROPOSTA GRÁFICA

Identidade Visual e Aplicações

MAIO 2012

DESIGN: Joana Monteiro





**MELRO** PROPOSTA GRÁFICA: Identidade Visual: Símbolo e logótipo: Preto

DESIGN: Joana Monteiro



**MELRO** PROPOSTA GRÁFICA: Identidade Visual: Símbolo e logótipo: 2 cores

DESIGN: Joana Monteiro











MELRO PROPOSTA GRÁFICA: Embalagens Plantas Envasadas: Plástico Transparente ou Autocolantes

DESIGN: Joana Monteiro



MELRO PROPOSTA GRÁFICA: Embalagens Plantas Envasadas: Plástico Transparente ou Autocolantes

DESIGN: Joana Monteiro





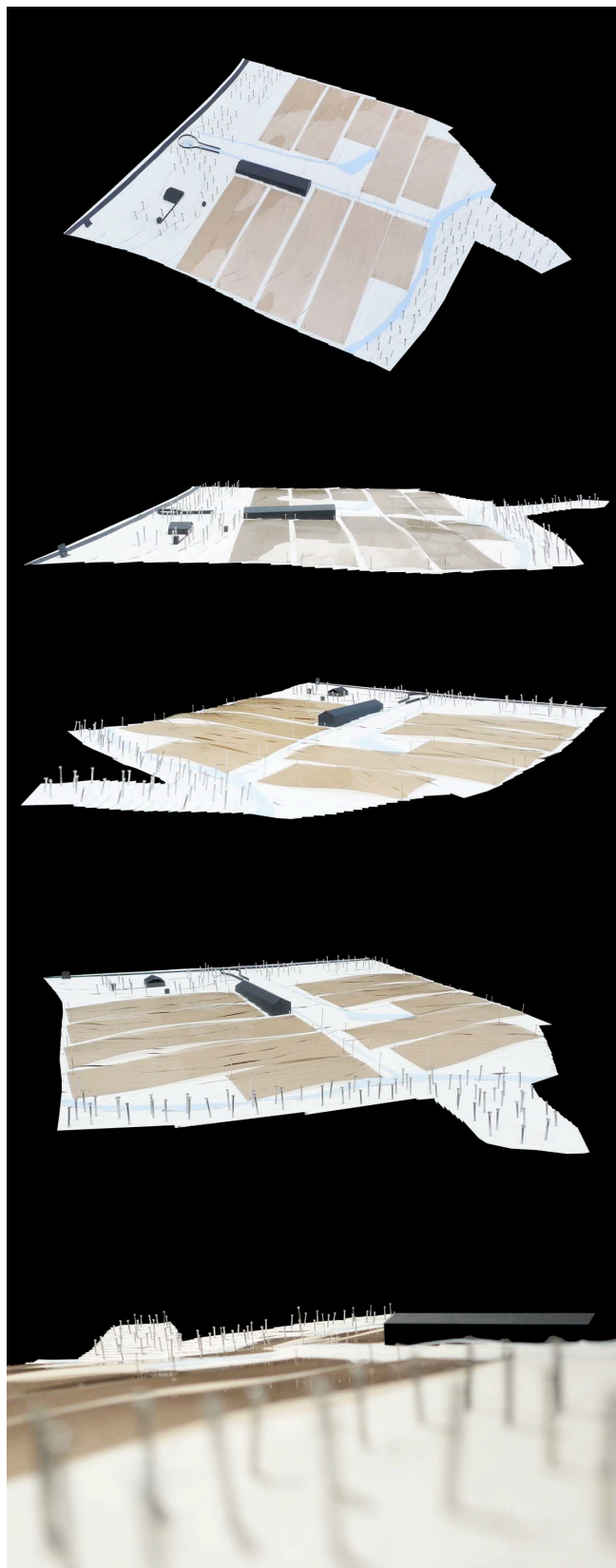
**MELRO** PROPOSTA GRÁFICA: Carrinha

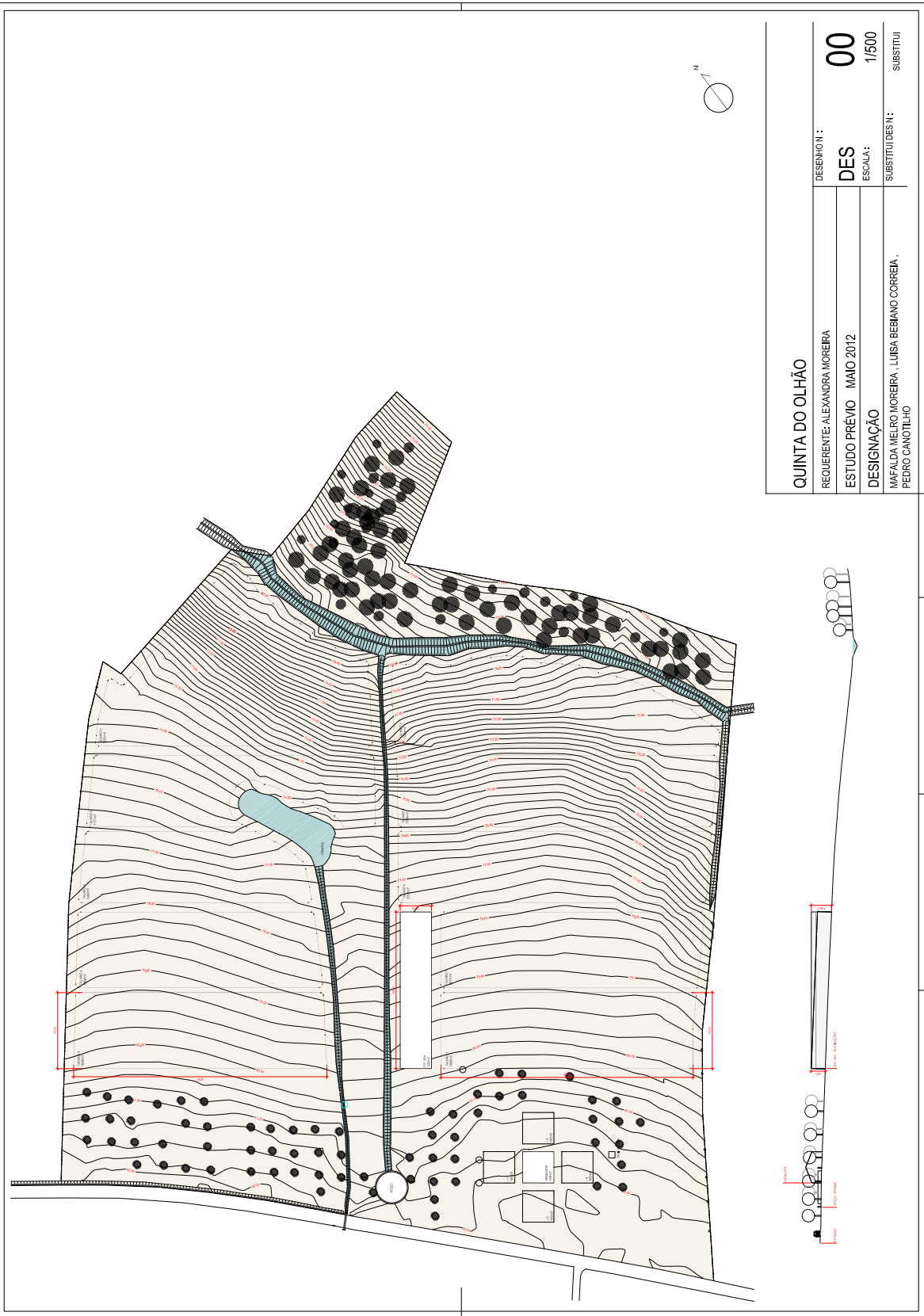
DESIGN: Joana Monteiro

**MELRO** PROPOSTA GRÁFICA: MAIO 2012

DESIGN: Joana Monteiro

## ANEXO VII – Projeto de Arquitetura





QUINTA DO OLHÃO

REQUERENTE: ALEXANDRA MOREIRA

ESTUDO PRÉVIO MAIO 2012

DESIGNAÇÃO

MAFALDA MEIRO MOREIRA, LUISA BEBIANO CORREIA, PEDRO CANOTILHO

DESENHO N.º

DES

ESCALA:

SUBSTITUIÇÃO N.º

00

1/500

SUBSTITUI



## Anexo IIX – Imagens das parcelas A e B

